

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

THAINÁ TEIXEIRA CUNHA

UM OLHAR SOBRE OS NEGROS:

A reprodução de estereótipos e estigmas sociais no jornal *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Mariana
2018

Thainá Teixeira Cunha

UM OLHAR SOBRE OS NEGROS:

A reprodução de estereótipos e estigmas sociais no jornal *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Temporalidades.

Linha de pesquisa: Práticas comunicacionais e tempo social.

Orientadora: Prof. Dr^a. Hila Rodrigues

C972o Cunha, Thainá Teixeira.

Um olhar sobre os negros [manuscrito]: a reprodução de estereótipos e estigmas sociais no jornal Estrella Mariannense (1830-1832) / Thainá Teixeira Cunha. - 2018.

94f.: il.: tabs; Quadros analíticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hila Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

CDU: 316.77

Thainá Teixeira Cunha

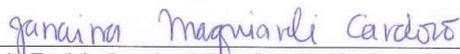
UM OLHAR SOBRE OS NEGROS: A REPRODUÇÃO DE
ESTEREÓTIPOS E ESTIGMAS SOCIAIS NO JORNAL
ESTRELLA MARIANNENSE (1830-1832)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
(ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre
em Comunicação, aprovado em 20 de março de 2018.

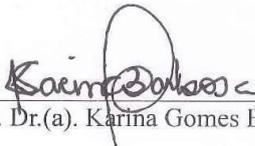
Banca Examinadora:



Prof.(a). Dr.(a). Hila Bernadete Rodrigues – Orientador(a)
(UFOP)



Prof.(a). Dr.(a). Janaína Maquiavelli Cardoso (PUC
MINAS)



Prof.(a). Dr.(a). Karina Gomes Barbosa (UFOP)

À minha mãe Rosa e a todos os negros e negras desse país.

AGRADECIMENTOS

Construir uma pesquisa acadêmica é resultado dos pequenos passos rumo a algo maior. Para completar esse percurso, todo o suporte e apoio recebidos tornam a caminhada mais leve, fascinante e são dignos da gratidão daquele que caminha com a pesquisa.

Por isso, minha eterna gratidão a Deus, por me guiar até aqui e ser a força necessária para que eu busque oferecer o meu melhor neste mundo.

Agradeço a minha mãe, por ser quem ela é: uma mulher tão corajosa, amorosa e inspiradora, que dedicou sua vida a abrir caminhos para suas três filhas.

Ao meu marido, melhor amigo, conselheiro e amor, Simeí. Sua companhia e incentivo foram aliados preciosos nessa trajetória.

Sou grata a todos os professores e funcionários que ajudaram a consolidar o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto e que batalham diariamente para garantir ensino e pesquisa de qualidade, de forma pública e gratuita.

À minha querida orientadora Hila que, desde a graduação, me motiva, me acalma e me inspira a fazer pesquisa e jornalismo. Agradeço imensamente a sua presença, disponibilidade e cuidado comigo em todos esses anos. Foi um enorme prazer trabalhar e aprender tanto com você.

Agradeço também ao auxílio financeiro da CAPES que permitiu, pela primeira vez, minha dedicação integral aos estudos.

A todos os colegas de turma do mestrado, pela companhia nos momentos de dúvidas e ansiedades, mas também de alegrias e diversões.

Às minhas irmãs Pamella e Ingrid, e ao meu irmão Vítor, pela parceria desde sempre e para sempre.

Aos amigos que estiveram presentes em mais essa etapa.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para essa pesquisa e que me ajudaram a continuar buscando a melhor versão de mim.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo a identificação de elementos que refletem a reprodução de estereótipos e estigmas sociais contra os negros nas narrativas do *Estrella Mariannense*, primeiro jornal da cidade mineira de Mariana. O periódico circulou pela cidade de 1830 a 1832 e é um dos responsáveis pela inauguração da imprensa local. A função social do jornal, a relação entre jornalismo e estigmas sociais, assim como o exercício do controle social no universo midiático são questões presentes nesse estudo. O tempo do *Estrella Mariannense* e o lugar ocupado pelo periódico também são discutidos e examinados. A partir da identificação de manifestações de preconceito e racismo presentes nas páginas do material impresso, foram examinadas 20 edições para a análise das notícias publicadas, bem como das cartas de leitores, atas das reuniões de Câmara e anúncios de escravos fugidos ou encontrados. Assim, nesse estudo de caso, método indutivo, foram adotadas como técnicas de pesquisa a análise de conteúdo e o exame de enquadramentos. Um mapeamento dos elementos da narrativa do jornal – que sinalizavam o preconceito – também foi realizado a partir da elaboração de quadros analíticos constituídos de categorias específicas. Ao evidenciar, em todas as edições analisadas, a representação dos negros como ameaça à ordem pública e à moralidade, assim como a objetificação dos escravos, a pesquisa revelou elementos considerados especialmente importantes para o debate da função social dos meios de comunicação.

Palavras-chave: Jornal *Estrella Mariannense*; Narrativa; Negros; Racismo; Representação.

ABSTRACT

This study aims to identify elements that reflect the reproduction of stereotypes and social stigmas against black people in the narratives of *Estrella Mariannense*, the first newspaper in the city of Mariana. The periodical spread in the city between the years of 1830 and 1832, and is responsible for the founding of the local press. The social role of the newspaper, the relationship between journalism and social stigmas, as well as the exercise of social control in the media field are issues present in this study. The temporal aspect of *Estrella Mariannense* and the place occupied by the periodical in the city are issues also discussed and examined. Following the identification of manifestations of prejudice and racism in the pages of the printed material, 20 editions were examined for the analysis of the published news, as well as letters from readers, descriptive documents of the plenary meetings of the City Council and announcements about escaped or found slaves. On this case study, inductive method, the content analysis and the framing examination were procedures adopted as research techniques. An exercise was also accomplished in identifying the elements of the newspaper's narrative - those that signaled the occurrence of prejudice - through the elaboration of analytical tables consisting of specific categories. When the analysis showed in these analyzed editions the representation of black people as a threat to public order and morality, as well as the objectification of slaves, this research revealed elements considered especially important for the debate on the social role of the media.

Keywords: Jornal *Estrella Mariannense*; Narrative; Black people; Racism; Representation.

“Amar e mudar as coisas me interessa mais”.

– Belchior.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 1, 3 de maio de 1830.	26
Figura 2 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 3, 20 de maio de 1830.	50
Figura 3 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 27, 6 de novembro de 1830.	52
Figura 4 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 37, 22 de janeiro de 1830.	53
Figura 5 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 70, 18 de setembro de 1831.	54
Figura 6 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 74, 5 de novembro de 1831.	55
Figura 7 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 85, 17 de janeiro de 1832.	57
Figura 8 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 43, 11 de março de 1831.	61
Figura 9 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 23, 9 de outubro de 1830.	64
Figura 10 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 53, 21 de maio de 1831.	65
Figura 11 – <i>Estrella Mariannense</i> , nº 102, 9 de julho de 1831.	66

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A 88
APÊNDICE B..... 89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 JORNALISMO E SOCIEDADE.....	14
1.1 O ideal jornalístico: para quê serve o jornalismo?	16
1.2 O jornalismo e os estigmas sociais	20
1.3 Jornalismo e estigmas sociais no <i>Estrella Mariannense</i>	24
1.3.1 O <i>Estrella Mariannense</i>	25
1.3.2 O lugar e o tempo do <i>Estrella</i>	32
1.3.3 Escravidão e racismo no Brasil	35
2 O CONTROLE SOCIAL NA MÍDIA.....	40
2.1 Os reflexos da sociedade na imprensa.....	44
2.2 O discurso da ordem social no <i>Estrella Mariannense</i>	46
2.2.1 As contradições nas páginas do <i>Estrella</i>	62
3 UM OLHAR SOBRE O SUJEITO NEGRO NO ESTRELLA: INVESTIGAÇÕES METODOLÓGICAS.....	67
3.1 As edições do preconceito	69
3.2 Edições em análise.....	71
3.3 O objeto revelado: singularidades identificadas nas edições.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
APÊNDICES	88

INTRODUÇÃO

Além de ser considerada a Primaz de Minas, Mariana é pioneira em Comunicação por receber a primeira agência dos Correios no Estado no ano de 1730. O município possui também intensa participação na implantação da mídia impressa em Minas Gerais. No entanto, a cidade segue com um número escasso de registro de seus jornais em pesquisas na área. Esse acervo permanece ainda distante da realidade dos marianenses que, em sua maioria, desconhecem a existência dos periódicos mais antigos no município. Dessa forma, essa pesquisa pode contribuir para a construção da memória da própria cidade e de seus cidadãos, na medida em que investiga mais sobre a atividade impressa aqui instalada.

O *Estrella Mariannense* foi um dos periódicos precursores na imprensa local e circulou pela cidade por dois anos e seis meses. Em função da forma como se instala na região e dos conteúdos que oferece a ela, o jornal merece um olhar atento. Refletir sobre a importância dos primeiros jornais para a formação das sociedades permite a compreensão do valor desses periódicos para a população e de seu compromisso com os cidadãos. Com as mudanças provocadas pela internet e pela própria sociedade – e que afetam o jornalismo e a mídia em geral –, a missão dos meios de comunicação se torna cada dia mais complexa e transformadora. Contemplando Mariana, cidade tão marcada pela divisão espacial e social, esse estudo procura saber como esse jornal local contribuiu para reprodução da ordem social vigente.

Assim, o objetivo principal desse estudo é identificar os elementos da narrativa do jornal *Estrella Mariannense* que refletem a reprodução de estereótipos e estigmas sociais contra os negros em Mariana. De forma específica, a ideia é atentar para a importância dos primeiros jornais na formação das sociedades; contribuir para o resgate do papel dos periódicos na trajetória do município e da história da mídia na região; identificar como o jornal pode atuar para reproduzir ou modificar a ordem social vigente; examinar representações midiáticas sobre minorias na cidade, como os negros; compreender quais os mecanismos o *Estrella* utilizava para representar essas pessoas, como esses elementos são perpetuados pela população de Mariana e pelos meios de comunicação e, por fim, ampliar o debate sobre o papel que a mídia exerce na sociedade atual.

Com este fim, no primeiro capítulo desse estudo, intitulado *Jornalismo e Sociedade*, serão discutidos o papel e também a função social do jornalismo. Para isso, autores como Robert Park, Max Weber, Kovach e Rosenstiel, dentre outros, foram convocados, de maneira

a possibilitar reflexões acerca da função do jornalismo a partir de um ideal libertário e democrático. Entender a finalidade dessa atividade e até que ponto a prática midiática pode distorcer determinados valores do jornalismo é uma das razões desse capítulo, onde autores como Otto Groth (2011) e Maurice Mouillaud (2012) transitarão. Também se discutirá aqui a relação entre a prática jornalística e a perpetuação de estigmas sociais a partir da visão de Erving Goffman (2008), que utiliza o termo *estigma* como elemento capaz de transformar o sujeito em alguém diferente, por vezes inferior em relação aos demais.

Além de Goffman, o conceito de *estigma social* também é debatido à luz dos estudos de Norbert Elias e John Scotson. Esses autores consideram que fatores como o contexto, as características e as tradições dos grupos sociais são capazes de influenciar o processo de estigmatização. Trabalhando esses conceitos, esse capítulo discute a relação entre o jornalismo e os estigmas sociais no *Estrella Mariannense*. Para isso, são considerados aspectos particulares do processo de implantação do primeiro jornal da cidade e do conteúdo apresentado por ele. O espaço urbano e o tempo no qual esse periódico transita também são objetos de reflexão.

Outro aspecto abordado nesse momento é o que diz respeito ao período entre a fundação do município de Mariana, 16 de julho de 1696 até a década de 1830, do século XIX, quando surge o *Estrella Mariannense*. Saber mais sobre os costumes, a cultura, a economia, a política, as questões territoriais e a sociedade local dessa época pode trazer pistas importantes sobre a maneira como a cidade era retratada nas páginas do *Estrella*. Estudiosos da região, como Paulo G. Souza Júnior e Cláudia Damasceno Fonseca, dentre outros, são alguns dos autores que permitem importantes discussões a partir das particularidades do município. Nesse capítulo também constam alguns detalhes sobre o *Estrella Mariannense* e seu redator, tais como o processo de financiamento do jornal, o público leitor e a repercussão de suas publicações na vida social, entre outras questões. O processo de escravidão no Brasil também é discutido nesse ponto do trabalho, em que se chamará a atenção para as particularidades do racismo no Brasil.

Por sua vez, o segundo capítulo, intitulado *O controle social na mídia*, discute o controle social exercido pela mídia local. Foram incorporados a essa discussão os debates realizados nos capítulos anteriores sobre a função do jornalismo, de maneira a problematizar o papel do periódico no cotidiano de Mariana. Essa parte propõe reflexões acerca da mídia como dispositivo disciplinador e responsável pela reprodução de certos estigmas e estereótipos que se fixam aos sujeitos em lugares marcados pela sociedade. Para isso, são

convocados autores como Howard S. Becker, Michel Foucault, Néstor García Canclini e Zygmunt Bauman, entre outros.

Os contextos histórico e social do século XIX, quando emergem as medidas médicas e higiênicas para manter a ordem social, também são aqui abordados. O capítulo discute a influência da ordem e da lei nos contextos trabalhados, assim como o discurso do controle social na narrativa do *Estrella Mariannense*. Aborda-se, por exemplo, a relação do jornal com a disciplina, a ordem e a civilidade exaltadas pelo redator do periódico. Para isso, são apresentadas algumas publicações, dentre elas os exemplares que integram o conjunto de edições aqui selecionado para a análise. Também são apontadas, nas narrativas do *Estrella Mariannense*, as contradições presentes na forma de representar os negros.

Sustentado pelas reflexões teóricas propostas nos capítulos anteriores, o capítulo *Um olhar sobre o sujeito negro no Estrella: investigações metodológicas* apresenta cenários, caminhos e escolhas metodológicos para revelar os elementos que reproduziam estereótipos e estigmas sociais nas páginas do jornal, especialmente nas seções onde é possível acompanhar a cobertura de temas de cunho político. Assim, são articulados, nesse capítulo, procedimentos metodológicos específicos.

As edições analisadas totalizam 20 diferentes abordagens presentes não apenas nas notícias, mas também nas atas de reuniões de Câmara, nas cartas de leitores do periódico e nos anúncios de escravos fugidos ou encontrados. As edições foram eleitas considerando a observância da presença de manifestações de preconceito, racismo e estigmas sociais nas páginas examinadas. Após a escolha dessas publicações, foi realizado um mapeamento dos elementos da narrativa do jornal que sinalizavam para o preconceito. O processo se deu a partir de alguns exercícios de contextualização social e observação dos enquadramentos jornalísticos.

Para o exame das edições, foram elaborados quadros analíticos a partir de categorias específicas de investigação, que permitiram uma leitura dirigida do objeto. Esse conjunto de procedimentos foi articulado para identificar as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal. Ainda nesse capítulo, são apresentadas as demais edições que compõem o conjunto de exemplares analisados. Por fim, as considerações finais mostram como o periódico exerce uma função normalizadora sobre o imaginário das elites acerca do sujeito negro, incluindo nesse processo as autoridades públicas e a imprensa de Mariana.

Os elementos identificados nesse trabalho demonstram que o jornal, ao assumir o discurso normalizador, passou a responsabilizar o Estado e a Justiça pelos episódios de desordem, além de atribuir aos negros o papel de sujeitos desviantes, que precisam ser

controlados e punidos. Para isso, o jornal constrói uma realidade de insegurança e reproduz expressões que denotam estigmas e racismo, além da objetificação dos corpos negros. A análise evidenciou que os elementos presentes em todas as 20 edições aqui estudadas são, em especial, (1) a representação dos negros como ameaça à ordem pública e à moralidade, e (2) a objetificação dos escravos.

Desta forma, esse trabalho espera contribuir para o debate acerca da representação do negro nos jornais brasileiros, partindo, para isso, da análise do primeiro periódico publicado na primeira capital de Minas Gerais. As reflexões propostas são, também, um esforço para a instalação de novos debates sobre o papel exercido pela mídia na construção de imaginários que atravessam a realidade da população negra no quadro social brasileiro.

1 JORNALISMO E SOCIEDADE

Mirar a prática jornalística em pequenos lugares – em especial na cidade de Mariana, obrigada, depois de três séculos de existência, a enfrentar tragédias como a do rompimento da barragem de Fundão, em 2015 – impõe um olhar estendido: um olhar capaz de alcançar a história da imprensa e a maneira como o desenvolvimento das comunidades influenciou, ao longo dos tempos, o compartilhamento de informações ao redor do mundo. Essa história registra, por exemplo, que, a prensa gráfica criada em 1450 por Johann Gutenberg de Maiz configura o mais importante avanço para a imprensa (BRIGGS; BURKE, 2006). A consolidação do prelo nas sociedades promovia o acesso à informação, a participação nas novas formas de governo e na vida política, social e econômica de seus países, segundo Kovach e Rosenstiel (2004). Com o fortalecimento e expansão das máquinas tipográficas, no início do século XVII, o que hoje se entende como o jornalismo moderno começou a se manifestar – a partir de conversas em locais públicos, como os cafés em Londres e nos *pubs* dos Estados Unidos:

(...) Ali os donos de bares, chamados *publicans*, estimulavam os papos animados de viajantes que chegavam, para que contassem o que tinham visto e ouvido no caminho, material informativo registrado depois em livros especiais que ficavam sobre o bar. Na Inglaterra havia cafés especializados em informações específicas. Os primeiros jornais saíram desses cafés por volta de 1609, quando tipógrafos mais atrevidos começaram a recolher informações, fofocas e discussões políticas nos próprios cafés, depois imprimindo tudo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.37).

Mesmo com a inauguração da máquina tipográfica em meados do século XV, o jornal impresso surgiu apenas por volta de 1600. Antes disso, os periódicos eram feitos à mão e, por isso mesmo, eram chamados de “gazetas manuscritas”, de acordo com Costella (2002). Outros pesquisadores, como Briggs e Burke (2006), contam que os escribas, por exemplo, não comemoraram a chegada da prensa, que ameaçava suas atividades. As autoridades da Igreja também tiveram que se adequar a uma realidade diferente, em que os devotos poderiam ler os textos por conta própria.

É certo que, como observa Marialva Barbosa (2010), a troca de informações a partir de manuscritos e de impressões clandestinas não significa, por si só, a existência de uma imprensa – e do jornalismo. A imprensa, afinal, surge a partir do momento em que as informações transmitidas se tornam acessíveis ao público como um todo. Nessa concepção, o

termo *imprensa* envolve uma relação entre essas informações e a esfera pública ativa. Assim, o jornalismo aparece como *atividade* quando “há publicização no sentido mais amplo do termo” (BARBOSA, 2010, p. 20).

A literatura registra que o *jornal*, como lugar da narrativa que informa, resulta de um processo histórico e de um produto que evoluiu de maneira própria, a despeito das tentativas individuais de controle sobre ele (PARK, 2008). O papel social exercido por esse instrumento de compartilhamento da informação é extremamente importante, em especial para as revoluções. Os iluministas, por exemplo, tinham na imprensa um lugar de disseminação de seus ideais (LUSTOSA, 2003).

Evidentemente, o caráter ideológico das narrativas sempre esteve presente. Os periódicos já traziam em suas páginas, desde os primeiros tempos, a ideologia dos redatores que, além de relatar os acontecimentos, manifestavam suas opiniões e pensamentos sobre eles. Não por acaso, autores como Robert E. Park asseveram que “os primeiros jornais foram simplesmente instrumentos para organizar a fofoca” (PARK, 2008, p. 36). Desse ponto de vista, a imprensa, como existe hoje, é também tudo o que ela já representou desde os seus primórdios:

O tipo de jornal que existe é o tipo que sobreviveu sob as condições da vida moderna. Os homens que fizeram o jornal moderno – James Gordon Benett, Charles A. Dana, Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst – são os homens que descobriram que tipo de jornal os homens e as mulheres leriam e tiveram coragem de publicá-lo. A história natural da imprensa é a história natural desta espécie sobrevivente. É uma narrativa das condições sob as quais o jornal existente cresceu e tomou forma (PARK, 2008, p. 33).

É nesse formato específico que o jornal assume importante papel na vida cultural, política e econômica das sociedades. Nos antigos jornais, as cartas ao redator, por exemplo, já configuravam o lugar onde os homens que se interessavam por política expressavam suas opiniões sobre as ações governamentais de seu tempo. A notícia, por sua vez, manifestava-se nos escritos sobre os acontecimentos ocorridos em lugares de grande efervescência social (PARK, 2008). Assim, é possível perceber nos jornais, desde o início, uma tentativa de reter o tempo passado, sempre a partir da transformação desse tempo em marcos significativos de um determinado acontecimento. A ideia de notícia, nessas publicações, surge, então, dessa relação entre temporalidade e acontecimento (BARBOSA, 2010).

Com o aumento da demanda pela comunicação em diferentes meios sociais, o jornalismo se torna fundamental aos processos de formação das comunidades e constituição dos regimes democráticos. Ambos os processos encontram raízes no instinto de percepção

próprio do ser humano – instinto que, na concepção de Kovach e Rosenstiel (2004), desperta, no sujeito, a necessidade pela informação. Segundo os autores, as pessoas precisam saber o que acontece no mundo, já que esse *saber* é o que lhes dá segurança e lhes permite planejar e administrar a própria vida. Na primeira tese sobre jornalismo, apresentada em uma universidade alemã em 1690, Tobias Peucer defendia que os periódicos tinham a finalidade de difundir o conhecimento do que era considerado novo, útil e atual. Para ele, os relatos jornalísticos da época buscavam responder a curiosidade humana, que fazia os cidadãos se perguntarem nas vias públicas: “o que há de novo?”. A principal razão para a aparição desses impressos era a ligação entre essa curiosidade e a busca pelo lucro obtido através dos periódicos, tanto para seus vendedores, quanto para seus produtores (PEUCER, 2004). Assim, a informação se torna uma das bases para a criação de comunidades ao proporcionar a troca de impressões e de conhecimento entre as pessoas.

Nesse sentido, o jornalismo contribuía também para a construção de comunidades na medida em que o fluxo de informação impulsionava as pessoas a participarem da vida política, econômica, cultural e social de onde moravam. A definição das comunidades, a identificação dos objetivos comunitários e a criação de uma linguagem e de conhecimentos baseados na realidade são algumas das colaborações da imprensa – e também do jornalismo – nesse contexto, como ressaltam Kovach e Rosenstiel (2004).

1.1 O ideal jornalístico: para quê serve o jornalismo?

Ao longo dos anos, a concepção do jornalismo como uma atividade essencial para as sociedades democráticas permeou essa prática com uma aura utópica que carregava consigo uma série de responsabilidades e normas éticas. Fato é que, desde o seu surgimento, através das notícias, das reportagens e das entrevistas, o jornalismo busca oferecer aos cidadãos as informações necessárias para que eles possam exercitar suas escolhas e formar suas próprias opiniões. Para autores como Park (2008), por exemplo, um dos objetivos do jornalismo é nortear o indivíduo e a sociedade no mundo real.

Cientistas sociais e estudiosos do jornalismo há muito identificam uma clara ligação histórica entre a imprensa livre e a constituição de sociedades democráticas. O jornalismo, nesses estudos, aparece como peça importante da democracia – embora não como elemento capaz de necessariamente assegurar a participação de todos os indivíduos nas discussões travadas na esfera pública. Como observa o sociólogo francês, Érik Neveu (2006), “a

existência de uma imprensa livre não garante mecanicamente igual acesso ao debate público de todos os pontos de vista, de todos os componentes da sociedade” (NEVEU, 2006, p. 14). Para o sociólogo, o que existe em grande medida – e em especial no âmbito dos próprios profissionais do jornalismo – é uma visão encantada, mas talvez ingênua, dessa atividade e de suas funções democráticas.

Max Weber (2005), quando se debruçou sobre os dilemas da imprensa, constatou que qualquer reflexão nesse campo demanda a concepção primeira de que a imprensa é uma empresa capitalista – e que, nessa condição, atende a dois tipos diferentes de clientes: os assinantes do jornal (ou compradores individuais) que se interessam pelo conteúdo apresentado e os anunciantes, que pretendem levar seus produtos e serviços ao conhecimento do público. A partir dessa consideração, o estudioso ressalta a enorme influência das narrativas ali impressas na maneira como o sujeito percebe o mundo:

A imprensa introduz, sem dúvida, deslocamentos poderosos nos hábitos de leitura e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira como o homem capta e interpreta o mundo exterior. A constante mudança e o fato de se dar conta das mudanças massivas da opinião pública, de todas as possibilidades universais e inesgotáveis dos pontos de vista e dos interesses, pesa de forma impressionante sobre o caráter específico do homem moderno (WEBER, 2005, p. 20).

Essa influência exercida pela imprensa na vida do cidadão comum aumenta o poder das narrativas dos jornais sobre os destinos políticos, econômicos e sociais das nações. Autores como Aloysio Castelo de Carvalho (2014) observam que, no Brasil, em especial, esse poder sempre foi um problema para as camadas mais pobres da população. Isso porque a narrativa da imprensa tradicional e hegemônica quase sempre se revelou, ao final, a narrativa das elites. Desde que o país foi fundado como república, segundo ele, o liberalismo atribuiu às elites dirigentes a função de representar os interesses nacionais. Nessa concepção, a imprensa assume posição central como “órgão da opinião pública” (p.96). De acordo com Carvalho, esse discurso passa a vigorar no início do século XX, quando o país pretendia incorporar, a partir da representação institucional, as camadas populares ao sistema político.

Importante eixo da vida política, a imprensa, através de alguns de seus segmentos, adotou em diversos momentos desse período da história republicana a posição de que seria a instituição mais identificada com os anseios da opinião pública. Esse discurso, formulado e divulgado por órgãos jornalísticos e que, desde então, se fixou no imaginário social, procurou valorizar o papel da imprensa diante de uma representação política esvaziada, construída nos marcos de uma cultura que reforçava a noção de

Estado como o principal agente de organização e de garantia da unidade da nação (CARVALHO, 2014, p. 96-97).

Importante ressaltar, ainda, que essa valorização do papel da imprensa no cenário social – e também político – passa, pelo reconhecimento da liberdade de expressão. Segundo Carvalho, a liberdade no âmbito da imprensa passa a representar, aqui, um elemento importante para todo indivíduo, na medida em que ela surge como condição fundamental para a instalação dos debates acerca de questões públicas:

A busca da verdade numa sociedade que incorporava os valores da razão e do progresso dependeria das garantias dadas à imprensa para que as informações pudessem ser livremente divulgadas, de modo que o confronto de opiniões constituísse a base para as decisões do governo. O ato de tornar públicas as ações do governo transforma seu exercício numa prática transparente e compreensível ao público (CARVALHO, 2014 p. 93).

Nesse sentido, à imprensa nunca coube apenas o papel de “tornar o mundo inteligível” (SILVERSTONE, 2002, p.283). Ela se ocupa, sobretudo, de propor diferentes leituras do mundo, sempre atravessadas por interesses diversos e variados, sobretudo nos campos político e econômico – edificando, assim, sistemas hierárquicos não raras vezes marcados por preconceitos e ações fundadas na intolerância.

Não por mero acaso, a questão do papel do jornalismo – sua função e também os seus limites – está presente em variadas obras, a partir de perspectivas singulares. O pesquisador alemão, Otto Groth (2011), por exemplo, resalta que, nos jornais, existem apenas recortes e frações do que há e do que acontece. Já o professor francês Maurice Mouillaud (2012) afirma que a principal função do jornalista é “fazer crer” e a finalidade primordial do discurso do jornal é a de produzir um efeito real. Na concepção de Mouillaud (2012), o acontecimento, ao ser veiculado, é apenas um fragmento extraído de uma totalidade que não pode ser alcançada. Nesse sentido, a informação constitui-se, na verdade, de uma série de transformações em curso:

O jornal – e a mídia em seu conjunto – não está, entretanto, face a face ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam (...) um real já domesticado. O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejamos a partir de seu próprio campo mental e recolocamos no ambiente cultural. (...) A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações (MOUILLAUD, 2012, p. 69).

Está claro que, para Mouillaud, o jornal apresenta um certo modo de estruturação do espaço e do tempo. Ele funciona como “matriz que impõe suas formas ao texto” (MOUILLAUD, 2012, p. 53) e é onde o enunciado toma forma. Já em Otto Groth (2011), a concepção está assentada na ideia de jornal como obra imaterial e cultural que tem sua própria organização. Groth cita, por exemplo, o trabalho contínuo das pessoas envolvidas na produção do jornal, a divisão das diversas funções, as casas onde o jornal se instala, as máquinas, os estoques, os meios de transporte e comunicação necessários, as medidas e regras impostas, os costumes e tradições da empresa, o estilo próprio e a cultura de uma tradição (GROTH, 2011). Nessa concepção, é a partir desse conjunto de elementos que os conteúdos são assimilados:

Ele [o jornal] só é apreensível por meio de cada número e exemplar, das ações tomadas para a sua produção e das organizações geradas para isto e assim por diante. Os números e os exemplares não são as suas “partes”, os “pedaços” dos quais ele é montado, mas sim suas “emanações”, manifestações e materializações da sua ideia, que se soltam ininterruptamente – “continuamente” – como unidades independentes, enquanto ele próprio continua invisível. *Da sua unidade resulta a continuidade* das suas manifestações, ele próprio não tem “continuidade”, não “coloca-se” adiante, mas é sempre o único, o mesmo, o que dura (Grifo do autor) (GROTH, 2011, p. 149).

Groth (2011) também se detém sobre a essência do jornal a partir de características que julga centrais: a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a publicidade. A periodicidade estaria no retorno de cada edição a cada espaço de tempo predeterminado. Na prática, é o que possibilita a instrução contínua do público e a manutenção de um relacionamento ininterrupto entre os jornais e os leitores. Já a universalidade indica a busca dos jornais pelo compartilhamento de todas as informações relacionadas à realidade de seus leitores, segundo o autor.

Há que se considerar, ainda, a atualidade, que “designa em si a característica e a tarefa do jornal de oferecer, de mediar algo atual, portanto, presente, agora, em voga, novo. Mas atual não é idêntico com novo. Atualidade é em si uma relação puramente temporal (...) é o conceito de algo objetivo, expressa a relação entre dois pontos no tempo objetivo” (GROTH, 2011, p. 223). Por último, Groth discute o caráter essencial da publicidade em sua função de viabilizar o produto, contribuindo para que o maior número possível de cidadãos tenha assegurado o acesso aos conteúdos veiculados (GROTH, 2011).

Dessa perspectiva, o *Estrella Mariannense* emerge na pequena Mariana de 1830. Evidentemente, não é possível esperar que o primeiro jornal da cidade fosse capaz de

incorporar os princípios e os ideais libertários e democráticos que orientaram o jornalismo na modernidade (ou mesmo os elementos em que a prática jornalística se ancorou a partir do século XX, tais como a impessoalidade, relevância, noticiabilidade e diversidade de fontes, por exemplo). Assim, é preciso considerar que o *Estrella* circulava num contexto em que os primeiros jornais exerciam uma função singularmente diferente daquela fundada na ideologia libertária e democrática da modernidade.

1.2 O jornalismo e os estigmas sociais

Por ser um reflexo das preocupações e interesses de uma sociedade e por depender da estrutura social, e não apenas das atividades dos jornalistas ou das organizações jornalísticas (TUCHMAN, 2002), a notícia é um elemento capaz de reproduzir certos estigmas sociais. Ao tentar retratar a realidade e se tornar uma das instituições de poder social, a imprensa pode reforçar determinados estigmas e estereótipos que marcam os lugares dos sujeitos na sociedade. Para o antropólogo Néstor García Canclini (2002), esse é um processo observado na contemporaneidade, inclusive. Na concepção do autor, isso acontece, por exemplo, quando a mídia integra discursos homogêneos, pois geralmente essa agregação reduz a complexidade a um consenso imaginado como compartilhado pela maioria.

Da mesma forma, o século XIX é marcado por situações em que os jornais atuam como agentes construtores daquilo que Canclini chama, hoje, de sentido urbano. O termo é utilizado pelo autor para abordar o sentido desse espaço e da cidadania (CANCLINI, 2002). Assim, se por um lado a imprensa imagina e traduz a cidade e os cidadãos em um lugar que reproduz a ordem social, por outro aqueles que recebem a informação ajudam a manter o discurso produzido pelos jornais. Desse processo decorre que, muitas vezes, no lugar de contribuir para alterar a ordem social, a imprensa, que participa da formação da opinião pública, acaba contribuindo para a manutenção de certas estruturas.

A opinião pública, segundo Robert Park (2008), é uma força estabilizadora e conservadora, mais do que uma força inovadora. Assim, ao instigar a opinião pública sobre temas de interesse de uma comunidade, estado ou país, a imprensa não apenas orienta o público, mas contribui para incitar “um desejo coletivo e um poder político o qual, à medida que mobiliza a comunidade, tende a finalizar a discussão. Isso é o que constitui o poder de imprensa” (PARK, 2008, p. 72). Para compreender o funcionamento do jornalismo na sociedade, é necessário observar a participação da imprensa e do próprio meio social em que

ela se insere na perpetuação de padrões que silenciam e estigmatizam determinados sujeitos. Dessa forma, entender como esse processo se dá pode ser o início de uma importante reflexão sobre a função da imprensa na perpetuação de preconceitos e estereótipos, que contribuem para a propagação das desigualdades e estruturas sociais.

O termo *estigma* foi criado pelos gregos para fazer referência aos sinais corporais que poderiam denotar algo extraordinário ou negativo a respeito do *status* moral daquele que os apresentava, de acordo com o cientista social, antropólogo, sociólogo e escritor canadense Erving Goffman (2008). Segundo ele, esses sinais, marcados nos corpos, seja com cortes ou com fogo, serviam para informar que a pessoa era um escravo, um criminoso ou alguém que deveria ser evitado.

Esse sentido literal original continua sendo usado amplamente, e de forma semelhante, até os dias de hoje. Em sua análise, Goffman (2008) menciona três tipos diferentes de estigma: primeiro, as abominações do corpo, tais como as deformidades físicas. Em segundo lugar, estão as culpas concebidas como “vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical” (GOFFMAN, 2008, p.14). Por último, estariam os estigmas “tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (idem). Os exemplos revelam, nessa concepção, características sociológicas semelhantes, que dizem respeito a um sujeito que se destaca em função de um traço – um traço que pode chamar a atenção e afastar outros indivíduos que com ele se encontram. O estigma, desse ponto de vista, destrói a possibilidade de atenção para outros atributos desse sujeito.

Em seu estudo etnográfico, Norbert Elias (2000) investigou a dinâmica social entre estabelecidos e outsiders numa pequena cidade inglesa pesquisada anteriormente por John Scotson (2000). Para os autores, um determinado grupo social só tem a capacidade de estigmatizar outro quando está em posições de poder das quais o grupo estigmatizado não dispõe. Com o objetivo de manter sua superioridade social, os grupos considerados “superiores” nas disputas de poder utilizam como uma de suas armas a rotulação do outro como um grupo de “valor humano inferior” (ELIAS; SCOTSON, 2000). Além disso, segundo eles, o contexto, as características e as tradições de cada conjunto social podem influenciar nos conceitos que um grupo utiliza para estigmatizar o outro.

Os autores explicam também que, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, a estigmatização está associada a um tipo de fantasia coletiva formada pelo grupo

estabelecido. Assim, a estigmatização, além de refletir, justifica o preconceito dos estabelecidos perante aqueles que integram o grupo outsider. É dessa forma que, mesmo que esse processo estigmatizante dependa também de outras fontes de superioridade de forças para manter sua capacidade de estigmatizar, ele ainda pode provocar efeitos parasilantes nos grupos com menos poder (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Nas abordagens com conotações raciais das relações entre estabelecidos e outsiders, os estudiosos afirmam que é comum as exclusões dos processos grupais de longo prazo, o que tende a distorcer a questão:

Afirma-se, em geral, que as pessoas percebem as outras como pertencentes a outro grupo porque a cor de sua pele é diferente. Seria mais pertinente indagar como foi que surgiu no mundo o hábito de perceber as pessoas com outra cor de pele como pertencentes a um grupo diferente. Esse problema coloca prontamente em foco o longo processo durante o qual os grupos humanos se desenvolveram em diferentes partes da Terra, adaptaram-se a condições físicas diferentes e, mais tarde, após longos períodos de isolamento, entraram em contato uns com os outros, não raro como conquistadores e conquistados e, portanto, dentro de uma mesma sociedade, como estabelecidos e outsiders. Foi em decorrência desse longo processo de interpenetração, no qual grupos com diferentes características físicas tornaram-se interdependentes como senhores e escravos, ou ocupando outras posições com grandes diferenciais de poder, que as diferenças na aparência física passaram a ser sinais da pertença das pessoas em grupos como diferenças de poder, com pertenças diferentes e com normas distintas (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 46).

Muitas pessoas são então demarcadas, em determinados lugares socialmente estabelecidos, conforme determinados atributos. Segundo Rosana de Lima Soares (2004), ao tentar romper essas barreiras e alcançar lugares diferentes daqueles previamente fixados, o sujeito que carrega determinados atributos pode se confrontar com os estigmas. Para ela, os processos de inclusão e exclusão dos sujeitos resultam da tentativa, por parte de certos atores sociais – em certos meios sociais –, de manter a ordem e restabelecer as hierarquias existentes. Sendo assim, os estigmas sociais se tornam mais complexos quando estão relacionados a preconceitos decorrentes de estereótipos que permeiam a vida social. É o caso do racismo e dos conflitos que envolvem as questões de gênero, dentre muitos outros exemplos (SOARES, 2004).

Há que se considerar, aqui, o fato de que os sistemas informativos definem os modelos de vida que devem ser seguidos, o que impacta as formas de conceber o outro, de avaliar, aprovar e reprovar determinados códigos de conduta (BORGES, 2012). E esse é um processo que se dá por meio de narrativas muito próprias. De forma geral, a mídia tende a trabalhar

para que sua mensagem – seja ela com o objetivo de entreter, informar, alertar ou conscientizar – se apresente de forma facilmente compreensível ao maior número de pessoas. Para isso, são diversas as técnicas de escrita, roteiro, imagem e som que se tornam úteis nesse sentido de facilitar a recepção do conteúdo em questão, que institui padrões de falas, sotaques, roupas, modelos de beleza e procedência geográfica, por exemplo. Assim, há modos específicos de narrar, filmar, fotografar e representar os padrões operacionais instituídos pela mídia, segundo Borges (2012).

No caso do jornalismo especificamente, muitas vezes, os estigmas sociais são perpetuados de forma velada e normatizada perante a sociedade. Na tentativa de relatar os acontecimentos à nossa volta, e por estar o próprio jornalismo inserido na sociedade e envolto numa relação com o mundo, os produtos jornalísticos se tornam meios de reprodução das relações sociais e de suas hierarquias e divisões – até porque o próprio discurso é uma prática social (FOUCAULT, 2009). O estigma surge, assim, a partir de termos específicos que denotam um atributo recebido por alguém quando as demais pessoas acreditam que esse sujeito não é como os demais seres humanos, como observa Goffman:

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original (GOFFMAN, 2008, p. 15).

Perceber como o processo de estigmatização do outro pode se dar também a partir do discurso jornalístico é um importante passo na pesquisa aqui proposta. Para vislumbrar como esse processo se dava no primeiro jornal de Mariana, é preciso, primeiramente, conhecer os principais aspectos que faziam parte da realidade local naquele momento.

1.3 Jornalismo e estigmas sociais no *Estrella Mariannense*

Até o século XIX, os periódicos produziam textos ideológicos, recorrendo frequentemente a adjetivos, expressando seus pensamentos políticos sem ressalvas e, geralmente, manifestando suas opiniões e reflexões sobre os acontecimentos do lugar em que se faziam presentes (SOUZA, 2001). No Brasil, por exemplo, o primeiro periódico produzido no país foi a Gazeta do Rio de Janeiro, criada em 10 de setembro de 1808 com o objetivo principal de agradar à Coroa e às elites (SODRÉ, 1999; LUSTOSA, 2003). O primeiro jornal brasileiro, contudo, já existia há três meses. Era produzido em Londres¹ por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, que, inspirado pela vinda de D. João para o Brasil, fundou o *Correio Braziliense*. O *Correio* trazia os principais acontecimentos do mundo que afetavam o país naquele momento.

Com o avanço das tecnologias de impressão e o advento da imprensa no país, os jornais se espalharam para além das capitais e chegaram aos pequenos locais. Minas Gerais foi a sexta província a possuir periódicos, quando a Imprensa Régia já completava 22 anos. A primeira publicação do estado surgiu em 1823, em Ouro Preto, com o nome de *Compilador Mineiro*. O surgimento dos jornais acompanhava então o crescimento populacional das regiões onde se instalavam. Em Minas, a imprensa assumiu um papel social singular e se firmava como importante meio para a instalação de debates, reflexões e críticas aos governantes (MENDES, 2012).

Em Mariana, primeira vila, primeira capital, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais, a história da imprensa começa com a publicação do primeiro periódico da cidade, o *Estrella Mariannense*². Além de dar voz aos leitores, através das correspondências que recebia, o *Estrella* modificava o cotidiano da cidade na medida em que informava os moradores das decisões tomadas durante as reuniões da Câmara Municipal, fazendo circular notícias de localidades próximas ou distantes.

Em certa medida, essa possibilidade da discussão de problemáticas políticas, socioeconômicas e estruturais era algo inusitado. Pesquisadores como Marialva Barbosa (2010) já demonstraram, por exemplo, que os acontecimentos políticos e seus desdobramentos, abordados pelos primeiros periódicos do país, eram a novidade dessa época.

¹ O jornal era produzido em Londres, que foi onde Hipólito se estabeleceu em 1805 após fugir da prisão em Portugal devido à perseguição do Santo Ofício (LUSTOSA, 2003).

² O pioneirismo do *Estrella* se dá na medida em que o periódico incorporava algumas das principais marcas do jornalismo como: periodicidade, atualidade e novidade, conforme a concepção de Otto Groth discutida por Angel Faus Belau (1966), de acordo com pesquisa anterior (CUNHA, 2014).

Para o escritor Waldemar de Moura Santos (1967), a história do jornalismo desenvolvido em Mariana é uma das mais notáveis – e começa a ser escrita a partir da instalação de seu primeiro jornal, o *Estrella Mariannense*. O periódico narrava de forma peculiar as histórias e os dilemas das minorias sociais, em especial dos negros, conforme se verá adiante. Tornou-se, assim, um objeto empírico importante para compreender melhor a formação social da primaz de Minas.

1.3.1 O *Estrella Mariannense*

A primeira edição do *Estrella Mariannense* foi publicada em 3 de maio de 1830 pela Typografia Patrícia do Universal, em Ouro Preto. Somente em 14 de abril de 1832, com a instalação da Typografia Mariannense, a impressão passou a se dar em Mariana, onde, sete meses depois, com uma edição extraordinária, o jornal informava o encerramento de suas atividades. O *Estrella* abordava assuntos de interesse do Brasil e de Portugal, publicava atas das reuniões da Câmara Municipal de Mariana, além de artigos de opinião a respeito de temas ligados à política, à filosofia e à sociedade, dentre outros.

O redator do *Estrella*, Manoel Berardo Accursio Nunan, destacava, na primeira edição do periódico (FIG. 1), o “espírito da liberdade” e o “desejo de servir à pátria” como motivações centrais para difundir as letras impressas na cidade. Nessa publicação, o jornal revela suas principais motivações para iniciar suas atividades e apresenta cinco razões específicas para a empreitada: a transmissão de discursos e doutrinas que facilitassem a civilização dos povos; o combate às doutrinas subversivas da boa ordem e da moral; a censura ao empregado público que ofendesse a lei em suas atribuições; a defesa dos direitos da Nação e a publicação das atas das reuniões da Câmara Municipal e das demais corporações de Mariana.

Figura 1 – *Estrella Mariannense*, nº 1, 3 de maio de 1830.

ele dedicou inúmeras páginas aos empregados públicos. Assunto que envolvia a Câmara Municipal e que, como observei nas atas de suas sessões, ocupava intensamente os vereadores. Afora os indícios de que os temas abordados eram aqueles em pauta na Câmara Municipal, o redator fazia inúmeras críticas a autoridades de diversas instâncias do governo e publicava queixas contra deputados, vereadores, juízes de paz, professores, padres, fiscais etc (VIANA, 2012, p. 35-36).

Além de secretário da Câmara e redator do *Estrella*, Manoel também foi advogado. Tinha relações com autoridades da província até 1855 e foi responsável pelo *Repertório geral das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais* para Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos (ALMEIDA, 2008).

As críticas, situadas nos artigos e editoriais produzidos pelo redator, evidenciavam a posição do *Estrella Mariannense* acerca desses temas. O escritor público, na concepção de Nunan, tinha, por compromisso, “escrever para o bem público” a partir da fiscalização do poder governamental, da busca pela verdade. Com isso, esperava “salvar” a pátria de todos os perigos, combater as arbitrariedades e desleixo das autoridades, sem “espalhar a intriga no meio de seus concidadãos³”.

Num editorial veiculado na edição nº 3, o redator afirma que a invenção da imprensa foi um dos maiores ganhos para a humanidade, pois, segundo ele, a liberdade de enunciar os pensamentos é essencial para a natureza humana. Nessa edição, Manoel argumenta que a liberdade de imprensa é capaz de fertilizar os trabalhos e a indústria, multiplicar suas riquezas e melhorar suas faculdades intelectuais e físicas. Para ele, a liberdade de imprensa é o que sustenta a liberdade civil e política.

O *Estrella Mariannense* se mantém na condição de único jornal de Mariana até 1831, quando nascem outras publicações, conforme Carvalho (1980). A instalação da Typografia Mariannense, em 1832, possibilitou o surgimento de outros periódicos, como a *União Fraternal* naquele ano, o *Revisor* em 1833 e a *Guarda Nacional Mariannense* em 1834 (SANTOS, 1994). De acordo com Carvalho (1980), alguns jornais têm curta passagem por Mariana, como o jornal *Guarda Nacional Mariannense* (1834) e o *Tonsor* (1889). Porém, outros firmam sua participação durante décadas, como é o caso do *Boletim Eclesiástico* (1901-1939); do *Germinal* (1905-1955) e da *Folhinha de Mariana*, que circula na cidade há mais de 150 anos.

A Igreja Católica já estava fortemente presente no âmbito da imprensa marianense no século XIX. O padre Antônio José Ribeiro Bhering, por exemplo, era atuante nos jornais

³ ESTRELLA MARIANNENSE, nº 1, 3 de maio de 1830.

locais. Bhering foi redator do periódico *O Novo Argos* (1829) de Ouro Preto e do jornal *Homem Social* (1832) de Mariana, além de escrever artigos para o *Estrella Mariannense* (ALMEIDA, 2008). Mas, além de influenciar a imprensa local, a Igreja implementou na cidade a sua própria produção, na qual destaca-se *O Arquidiocesano*, que circulou entre 1959 a 1993 e foi, por mais de 30 anos, o periódico oficial da Igreja Católica no município. O jornal publicava semanalmente, entre outros conteúdos, os artigos doutrinários do seu fundador, o Arcebispo D. Oscar de Oliveira. Muitos desses artigos chegaram a ser encaminhados e publicados também por outros jornais do Brasil e da Itália, segundo Carvalho (1980). Ainda hoje a Igreja Católica publica na cidade seus próprios jornais, constituídos de crônicas, artigos e notícias da diocese.

Os jornais dessa época têm como característica comum a propagação dos ideais políticos que vigoravam naquele momento. Para assegurar, por exemplo, a oportunidade de difusão do liberalismo e fortalecer uma esfera pública de poder, os donos dos jornais mineiros e paulistas se correspondiam mutuamente e propagavam a discussão política por meio da recompilação de trechos dos textos daqueles que expressavam os mesmos pensamentos, contando também com uma rede de colaboradores que escreviam artigos e transcreviam livros (MOREIRA, 2006).

Alguns dos temas abordados no *Estrella* também se faziam presentes nas páginas de outros periódicos – não só em Mariana, mas em todo o país, de acordo com Marialva Barbosa (2010). A defesa da constituição, o governo regencial, a atuação dos ministros, os debates na Câmara dos Deputados e o liberalismo eram algumas das temáticas que tinham espaço garantido nesses jornais (BARBOSA, 2010).

Essas informações chegavam até os jornais por meio de cartas de leitores, ou das transcrições de outros periódicos, dando origem a um circuito comunicativo. “A circulação das falas se amplifica nas formas manuscritas e se transmuta em letras impressas, voltando, num circuito infinito, de novo ao mundo manuscrito e oral. Os letrados e os não letrados são afetados diretamente pelos modos de comunicação do século XIX” (BARBOSA, 2010, p. 60). Assim como o circuito comunicativo, o tempo da notícia nesse período também era diferente, como observa a autora:

O tempo da notícia não é governado pela lógica do imediato e da substituição contínua e continuada, mas por permanências que existem nas formas e maneiras de contar e naquilo que é contado. Não será por isso que as íntegras das sessões parlamentares, das sessões da Câmara e do Senado e os decretos governamentais se sucedem em profusão nessas publicações, indicando uma temporalidade mais ralentada, na qual as informações podem

e devem ser completadas paulatinamente? Era como se uma informação fosse complementada pela seguinte, que reproduzia a mesma fórmula narrativa e ações de personagens semelhantes (BARBOSA, 2010, p. 75).

O fazer jornalístico de então demandava a dedicação dos poucos profissionais atuantes na época. Era comum, por exemplo, que apenas uma pessoa participasse de todas as etapas da impressão (DRUMMOND, 2008; MOREL, 2003). Além disso, o processo de produção desses jornais dependia em larga escala da capacidade do estabelecimento tipográfico. Assim, a manutenção dos periódicos dependia não apenas das questões comerciais, mas também de influências sociais – o que explicava, em grande medida, o baixo número de impressos que conseguiam se firmar por um ano ou mais (ARAÚJO, 2008).

Outro aspecto importante a ser considerado está na utilização dos periódicos como ferramenta política. Para Marco Morel (2003), essa é uma característica da imprensa brasileira do século XIX – um instrumento político que revelava as paixões e conflitos (tanto nos jornais conservadores quanto naqueles mais questionadores). Nesses momentos, afirma o autor, a doutrinação e o propagandístico, por meio de uma linguagem às vezes agressiva e ofensiva, destacavam-se mais do que o factual e o descritivo. O tratamento dado à escravidão pela imprensa brasileira do século XIX, por exemplo, pode ser elencado em duas fases, segundo o autor. A primeira delas se dá entre 1808 e 1870, quando predominava a defesa ou o silêncio da maioria dos jornais diante do trabalho escravo. A segunda fase, que acontece a partir de 1880, é quando surgem os jornais abolicionistas que protagonizavam campanhas e manifestações, dentre outras estratégias, contra o sistema escravista (embora o número desses periódicos, segundo o autor, fosse menor em comparação à imprensa que incentivava a manutenção do regime escravista).

O *Estrella Mariannense* cumpriu, nesse contexto, um papel pedagógico que durou dois anos e meio. O jornal encerrou suas atividades com uma edição extraordinária, veiculada em 14 de novembro de 1832. Nessa edição, o redator informa sua decisão de interromper a publicação do periódico em função de “circunstâncias imperiosas”: ele teria que se mudar para Villa da Pomba e, por isso, o jornal não poderia ser mantido. Ele agradece os leitores que acolheram o periódico, a despeito de suas falhas, assim como os subscritores, pelo reconhecimento e amizade, e também os redatores de outros jornais, pela troca de publicações. O redator ainda incentiva os responsáveis pelos demais jornais a continuarem lutando pelos seus direitos e pela liberdade.

Enquanto existiu, o *Estrella* falava a seus leitores por meio de conteúdos distribuídos em quatro páginas e um *layout* dividido em duas colunas simples. Os textos eram longos e as

manchetes eram poucas. Em suas edições, há apenas alguns recursos gráficos tais como as linhas e divisórias utilizadas para separar um tema do outro. Além disso, havia a seção de anúncios, que era devidamente identificada e geralmente inserida no final da última página das publicações. No cabeçalho de cada edição, o *Estrella* anunciava tanto o preço da assinatura como o do jornal avulso. Também no cabeçalho, o impresso informava que circulava uma vez por semana, embora nem sempre a periodicidade tenha sido cumprida, já que algumas edições demoraram mais de dez dias para serem publicadas.

Foi por meio do *Estrella* que, desde 1830, as decisões de governo – tanto na esfera local quanto na nacional –, os movimentos sociais de luta pela liberdade e os resultados das eleições passaram a figurar entre os assuntos debatidos pela sociedade local que tinha acesso ao jornal, a partir das abordagens do periódico. Algumas edições chegaram a noticiar questões relativas a outras cidades do país e até mesmo acontecimentos do exterior. O jornal assumira em seu discurso um caráter libertário para se posicionar com relação a temas como a autonomia política, as artes e as ciências, entre tantos outros.

Conforme indicam suas edições⁴, desde o início, esse periódico incentivou o diálogo com o leitor – seja para fomentar o debate, seja para angariar recursos. Em diversos momentos, o redator se dirigia aos leitores denominando-os “defensores da pátria”, “augustos”, “representantes da nação brasileira”. Importante destacar, sob esse aspecto, que o público leitor do *Estrella* constituía-se da elite marianense e de regiões próximas, além de políticos locais, membros da Igreja e algumas pessoas interessadas na cultura da cidade e nos acontecimentos ocorridos na região.

Possuidores de recursos suficientes para a assinatura de periódicos, esses leitores pertenciam à parcela mais favorecida da sociedade brasileira do século XIX: uma elite cunhada por sistemas muito próprios de hierarquização, indiferente à desigualdade de renda e habituada ao regime escravocrata. Como o número de analfabetos no país correspondia a mais de 85% da população após a outorga da Constituição de 1824 (CARVALHO, 2012), não chega a surpreender que jornais como o *Estrella* fossem voltados para um público tão restrito em Mariana. Autores como Marialva Barbosa (2010) observam que, além do analfabetismo, outros aspectos da cultura brasileira sempre dificultaram a expansão da imprensa no país e, assim, o seu alcance:

⁴ As edições consultadas e analisadas nessa pesquisa podem ser acessadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional através do endereço eletrônico: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>; no Laboratório de Microfilmes da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ou ainda no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Somente uma mentalidade abstrata pode atribuir valor efetivo a algo imaterial como ideias que circulam sob a forma de jornais. Não bastam, portanto, condições econômicas e políticas concretas. Para existir a imprensa e se atribuir a ela o valor de transmissora de opinião e informação, é preciso que se desenvolva essa mentalidade abstrata. Assim, se os portugueses que aqui aportaram em 1808 já trazem essa disposição, seria necessário ainda um longo período para que o valor abstrato da imprensa se esparramasse pelas cidades, criando efetivamente um público ávido por informações. Não é tão-somente o analfabetismo que impede a explosão da imprensa. Numa sociedade oralizada por excelência, as letras sempre foram mais ouvidas do que lidas (BARBOSA, 2010, p. 21).

Poucos são os estudos acerca dos reais efeitos produzidos nas sociedades do século XIX por uma imprensa ainda incipiente – em especial nas pequenas cidades. Em municípios como Mariana, por exemplo, a falta de registros sobre a imprensa e de acervo público local traz mais desafios a esse tipo de análise. Por essa razão, as cartas enviadas ao *Estrella Mariannense* pelos leitores são elementos muito preciosos para a pesquisa do periódico. Esse espaço era utilizado pelos leitores como forma de chamar a atenção das autoridades municipais para os problemas locais.

Esses leitores, por sua vez, costumavam assinar as cartas com codinomes, de maneira a preservar os interesses em jogo naquela época. De acordo com Moreira (2006), havia uma “troca de falas” entre os correspondentes do *Estrella Mariannense*, que sinalizava para a criação de um “espaço público” no mundo da política. As reclamações e críticas presentes nos artigos do redator e nas cartas dos leitores contribuíam para a valorização, pelos leitores e colaboradores, da liberdade de expressão no primeiro jornal do município. Esse aspecto revela a importância da imprensa para o compartilhamento de opiniões, tão necessário ao exercício das liberdades políticas (PARK, 2008).

1.3.2 O lugar e o tempo do *Estrella*

Na década de 1830, o Brasil experimentava a instabilidade política que marcou as diferentes fases da Regência, o que fez emergir uma série de manifestações sociais e revoltas (SODRÉ, 1999). A agravante, nesse contexto, era a crise econômica que também desafiava Dom Pedro I no exercício do poder. De 1830 a 1840, Minas Gerais apostou na exportação de café, uma das atividades responsáveis pela dinamização da economia na região. A população crescia e a sociedade era cada vez mais influenciada pelos costumes europeus – presentes na culinária, na moda e nas formas de tratamento, por exemplo. Mas para a cidade de Mariana,

especificamente, o século XIX representava, sobretudo, um momento de declínio na exploração do ouro – atividade responsável não apenas pela elevação do contingente populacional do município, mas também pela saúde da economia (SOUZA JÚNIOR, 2005).

O declínio da exploração do ouro é um momento muito difícil para a cidade, que tem sua própria história – e suas origens – atadas à atividade mineradora. Registros históricos dão conta de que a fundação de Mariana como primeira vila mineira data de 16 de julho de 1696, quando o bandeirante paulista Salvador Fernandes Furtado de Mendonça chega à região com milhares de negros e índios em busca de ouro – que encontra em abundância às margens do ribeirão, nomeado posteriormente de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (ANTONIL, 1982). A notícia do ouro abundante logo alcança outros forasteiros que chegam ao local em busca de riqueza fácil e rápida.

De acordo com Bovo (1976), a formação do arraial do Carmo começa a se dar em um lugar chamado de Mata Cavalos, onde se construiu uma capela dedicada à Virgem da Conceição. O problema é que, em apenas dez anos, é grande o contingente populacional que se desloca para Minas – e esse povoamento acelerado, agregado ao descuido com o solo, passa a desencadear ondas de desabastecimento. Assim, segundo o autor, o povoado constituído até então acaba abandonado após as crises de fome registradas em 1697 a 1698 e 1701 a 1702.

É com o passar dos anos que o arraial volta a reunir em seu território uma população suficiente para ser elevado à categoria de vila – o que aconteceu em abril de 1711. De qualquer maneira, é certo que tanto a descoberta de ouro naquele território, quanto o decorrente aumento populacional foram alguns dos fatores que contribuíram para que a vila se tornasse capital, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais (BOVO, 1976).

Por outro lado, as inundações decorrentes do desenvolvimento das técnicas de mineração praticadas no Ribeirão do Carmo foram um problema para a região. Até meados do século XVIII, a vila do Carmo sofreu com as consequências desses transbordamentos e teve parte do seu espaço destruído. Ao ser escolhida para se tornar a sede do Bispado, uma nova estrutura urbana foi criada em uma área mais elevada e livre das enchentes (FONSECA, 1995). É importante ressaltar que entre os séculos XVII e XIX, apenas 7% da população do país viva nas cidades, já que o Brasil ainda era pouco urbanizado, como explica a historiadora Kátia M. de Queirós Mattoso (1982). A urbanização só chega de fato até as províncias mineiras que tinham como seus habitantes muitos comerciantes e representantes do poder real (MATTOSO, 1982).

Assim, a população local, o Estado Absolutista e a Igreja se uniram na luta por um novo lugar, uma nova sociedade, e as grandes obras da cidade começaram a ser construídas na metade do século XVIII. Nesse contexto, o conforto e a estética municipal foram priorizadas e a população passou a assistir o nascimento de uma cultura local que se manifestava especialmente na música, na escultura, na arquitetura e nas letras (FONSECA, 1995).

A riqueza mineral e a religiosidade se tornaram, assim, marcas características da cidade (ANTONIL, 1982). Em 1819, a Sociedade Mineralógica foi fundada pelo engenheiro alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege, conhecido como barão de Eschwege, para exploração na Mina da Passagem em Mariana. Algumas décadas mais tarde, em 1883, essa mesma mina, adquirida pela “The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Ltd”, tornou-se a mais importante do país, conforme Cláudia Damasceno Fonseca (1995).

Nesse sentido, contudo, é importante considerar os efeitos sociais relacionados à mineração, aliada à escravidão. Tomando como ponto de partida os tempos de abundância da exploração mineral, Fonseca (1998) observa que o aumento na produção aurífera aconteceu “mais em função de uma maior exploração de trabalho escravo do que dos poucos progressos alcançados em relação às técnicas de extração” (FONSECA, 1998, p. 39).

No caso de cidades como Mariana, o declínio do ciclo do ouro trouxe não apenas a crise econômica, mas a migração de parte da população. Porém, o grande número de pessoas escravizadas ainda presentes na região durante esse período demonstra que diferentes atividades econômicas já absorviam o trabalho escravo, como atenta Douglas Cole Libby (1988). Entre as atividades econômicas exercidas na cidade, além da mineração, estava o trabalho nas produções agrícolas. Era nas fazendas e engenhos que o trabalho dos escravos acontecia nos períodos de chuva, quando não era possível minerar. Essa produção foi a principal fonte de renda municipal durante todo o século XIX até o começo do século XX (FONSECA, 1995).

É assim, marcada pela escravidão, que Mariana deixa de ser vila para se transformar numa cidade. Tornou-se, com o tempo, um centro educacional, religioso e administrativo e um espaço de “intenso comércio, de festas religiosas e profanas, de movimentada vida social, com manifestações artísticas e culturais” (MAGALHÃES, 2008, p. 138). Waldemar de Moura Santos (1967) registra, por exemplo, que pessoas da alta sociedade de Mariana chegaram a instituir a Festa do Divino Espírito Santo numa ata – que foi estabelecida na mesma data em que surgiu o *Estrella Mariannense*. A primeira festa foi realizada em 5 de junho de 1830. No Domingo de Pentecostes, as ruas eram tomadas pela Folia do Divino, quando grupos de negros enfeitados dançavam e coletavam donativos para a igreja e para os custos da festa

(SANTOS, 1967). Alguns indícios de como era a vida social em Mariana por volta de 1830 também podem ser encontrados nas páginas do *Estrella Mariannense*. Numa dinâmica de tempo e espaços diferentes da atualidade, informações publicadas pelo jornal relatam que era comum ver porcos de moradores andando pelas ruas da cidade. Por outro lado, a tradição religiosa já se consagrava com as recomendações vindas da própria Câmara de Vereadores, em suas reuniões, para que os moradores limpassem e enfeitassem suas casas para a procissão de Corpus Christi⁵.

O território marianense estava localizado na Comarca de Vila Rica, que abrangia os termos de Vila Rica e Mariana. Com o desmembramento de São João Del-Rei desta comarca, em 1713, Mariana ficou com quase um terço da extensão da comarca. A subdivisão desse espaço começou a ser feita somente em 1831, quando foi criado o município de Rio Pomba, segundo Ida Lewkowicz (1992). Ainda conforme a autora, a parte oriental da comarca de Vila Rica era território indígena habitado pelos Kamakân, os Pataxó, os Maxakali, os Botocudos, os Puri-Coroados. A habitação indígena incomodava os planos de expansão que a colônia tinha para essa parte oriental da comarca, a ponto de as autoridades planejarem uma ofensiva militar em 1808. Contudo, mesmo com a formação de milícias, o Príncipe D. João recuou e desistiu da ideia (LEWKOWICZ, 1992).

Ao todo, 13 vilas, além de diversos arraiais, constituíam o território marianense, de acordo com Lewkowicz (1992). Em 1809, a cidade era formada por 3.249 habitantes: 1.611 homens e 1.637 mulheres. Desse total de indivíduos, 47% eram escravos, o que representava quase a metade da população local, conforme Sônia Maria de Magalhães (2008). Esses números passaram para 2.050 pessoas em 1819 – quando apenas 62% do total de habitantes eram livres.

Algumas décadas mais tarde, em 1831, os registros davam conta de que Mariana abrigava 2.959 habitantes: 1.182 mulheres e 929 homens. Nesse período, havia um total de 848 escravos na cidade. Dentre a população livre, a maioria, ou seja, 55,9% eram mulheres. Já entre os escravizados, o número de homens predominava e totalizava 62,9% dos escravos (PAIVA, 1984). Até 1837, a população na cidade não apresentou alterações significativas nesses números. Nesse momento, Mariana possuía 336 fogos⁶ e cerca de 2.040 habitantes (MAGALHÃES, 2008). A cidade apresentava os sinais de desigualdade e do sistema de dominação e privilégios próprios da sociedade escravocrata brasileira, como descreve

⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, nº 14, 7 de agosto de 1830.

⁶ Segundo a pesquisadora Clotilde Andrade Paiva (1996), *fogo* é um termo utilizado nas listas de habitantes mineiras como sinônimo de família, sendo essas relações consanguíneas ou não.

Gilberto Freyre (2006), quando observa que “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição” (FREYRE, 2006, p.65). O antropólogo percebe, em seus estudos, uma sociedade com pouca consciência de raça, marcada por um “exclusivismo religioso” que se desdobrava em um “sistema de profilaxia social e política” (idem).

1.3.3 Escravidão e racismo no Brasil

O processo de escravidão no Brasil tem início com a colonização portuguesa, já que, segundo Jaime Pinsky (2006), casos pontuais de escravidão decorrentes das lutas entre tribos não eram capazes de afetar a estrutura econômica e as relações de produção. O historiador afirma ainda que o negro foi trazido para as terras brasileiras no intuito de exercer a força de trabalho compulsória numa estrutura que se organizava em função da grande lavoura. Para Kátia Mattoso (1982), os lucros fáceis e rápidos que os europeus esperavam não foram imediatamente reconhecidos no Brasil. Entre as riquezas encontradas estavam apenas terras imensas para plantio, florestas para derrubada e exploração do pau de campeche ou do pau-brasil. Dentre as dificuldades para exploração desse território, a principal era a necessidade de mão de obra, que levou aos carregamentos de escravos negros africanos. Dessa forma, uma das características da escravidão no Brasil era que o sistema escravocrata deveria contribuir para o desenvolvimento da produção agrícola, da mineração, da produção artesanal e de serviços sociais (MATTOSO, 1982).

Os números demonstram que no século XIX houve um aumento no número de negros escravizados trazidos para o Brasil e que “em cinquenta anos desse século foram trazidos mais escravos que em todo o século anterior” (PINSKY, 2006, p. 40). Na verdade, a importação de escravos para as terras brasileiras começou já na segunda metade do século XVI, e continuou de forma ininterrupta até 1850. Nesse período, entraram no país 4 milhões de pessoas escravizadas (CARVALHO, 2012). Nas Américas, foram mais de 9 milhões e meio de africanos transportados entre 1502 e 1860, sendo que o Brasil se tornou o maior importador de negros e o último país a abolir a escravidão (MATTOSO, 1982; RAMOS, 2002). No espaço urbano, a utilização da força de trabalho dos escravos se dava das mais diversas formas, como explica José Murilo de Carvalho (2012):

Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das senhores, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas. Alguns eram alugados para mendigar. Toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo (CARVALHO, 2012, p. 20).

Inicialmente, os escravos se concentravam na região que produzia açúcar, como Pernambuco e Bahia. Com a exploração do ouro no século XVIII, grande parte deles foi levada para Minas Gerais. A partir da segunda década do século XIX, havia uma concentração de escravos onde era produzido o café: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (CARVALHO, 2012). No estado de Minas Gerais, estimativas da população escrava, obtidas através de relatórios e censos imperiais oitocentistas, demonstram que esse território manteve um elevado plantel escravo – mantido, principalmente, em decorrência do tráfico de negros escravizados que chegavam ao país. As atividades agrícolas e de pecuária foram as que absorveram maior parte dessa mão de obra (PAIVA, 1996).

Para autores como Tarcisio Rodrigues Botelho (1998), a província mineira foi a principal região escravista do Brasil até o fim desse regime, pois manteve a maior população livre e cativa do império mesmo com o declínio da mineração e com a ausência de uma economia exportadora. Conforme Cristiana Viegas de Andrade (2001), os dados que traçam o perfil demográfico da população mineira no século XIX registram que havia, no estado, 381.443 indivíduos, dos quais 129.429 (33,93%) eram escravos.

Em Mariana, a literatura também registra aspectos interessantes no que diz respeito ao espaço urbano, todo ele ocupado de maneira desigual, conforme sinaliza Cláudia Damasceno Fonseca (1998). O estabelecimento dos grupos coloniais na Vila se deu nas regiões mais elevadas em relação ao Ribeirão do Carmo. No final do século XVII, existiam três núcleos no local: o núcleo de Matacavalos, o núcleo do Rosário e o núcleo de São Gonçalo, segundo Ida Lewkowicz (1992). O número de moradias do município aumentou na primeira metade desse século, mas houve também grande mobilidade da população, com o passar dos anos, para outros bairros e outras cidades (LEWKOWICZ, 1992). Dessa forma, o espaço descoberto como arraial se torna palco de profundos dilemas sociais e urbanos. Documentos do Arquivo

Histórico Ultramarino de Lisboa mostram, por exemplo, que as senzalas estavam situadas nas partes inundáveis da cidade de Mariana (FONSECA, 1998).

Essa segmentação do espaço público, o funcionamento da sociedade e o próprio sistema escravocrata vigente no século XIX são alguns dos indícios do racismo impregnado no Brasil. O político e escritor Abdias do Nascimento (1985) afirmou que “o racismo pode ser definido como o conjunto de práticas do grupo branco dominante, dirigidas à preservação do privilégio de que usufrui, por meio da exploração e controle do povo submetido” (NASCIMENTO, 1985, p. 71). De acordo com o autor, o sistema de privilégios aponta que os brancos só foram capazes de progredir – ao longo da história e de processos econômicos, políticos e psicológicos – graças à presença do negro.

A função social do preconceito é manter a sociedade tal qual ela é. O preconceito se exerce sobre o negro não porque ele seja inferior, mas para que ele continue na situação de inferioridade a que foi reduzido. Tal situação traz lucro a quem explora o trabalho do negro. É um instrumento de opressão e ao mesmo tempo um mecanismo de manutenção. A função do preconceito é perpetuar a sociedade com sua estrutura desigualitária (NASCIMENTO, 1985, p. 78).

Para Carlos Moore Wedderburn (2007), o racismo se origina na supremacia total de um segmento humano – que se define como uma raça – sobre outro grupo que é percebido como outra raça. Três dinâmicas que constituem a gênese do racismo são elencadas por Wedderburn. A primeira é um processo simbólico em que um determinado grupo, que é socialmente dominante, adota uma consciência grupal para rejeitar outras pessoas com fenótipos diferentes. O objetivo dessa rejeição, conforme o autor, é o exercício do poder do grupo dominante. A segunda dinâmica é aquela que organiza a sociedade a partir de um critério fenotípico, de modo a excluir o grupo dominado. Por fim, a terceira elabora ideologias com a intenção de: “I) regulamentar as relações entre dominados e dominantes; II) inculcar um sentimento permanente de derrota no segmento subalternizado; III) criar uma convicção narcísica de inquestionável superioridade permanente e invulnerabilidade no setor dominante” (WEDDERBURN, 2007, p. 182).

Abdias do Nascimento (1985) afirma que, no Brasil, o preconceito racial se agrava conforme a negritude da pessoa. Assim, a ideia da miscigenação tão incentivada no país tem como expectativa que os negros desapareçam com o passar dos anos (NASCIMENTO, 1985). Segundo Carlos Moore Wedderburn (2007), o racismo sempre foi uma questão pautada exclusivamente no fenótipo, já que é ele o demarcador dos grupos raciais. Existe, de acordo

com Wedderburn (2007), um universo de valores, temores e até ódios voltados a determinados grupos que se infiltraram nos corpos políticos, econômicos e sociais.

Parece suficientemente óbvio que o racismo corresponde a uma forma específica de *ódio*; um ódio peculiar dirigido especificamente contra toda uma parte da humanidade, identificada a partir de seu *fenótipo*. É o fenótipo dos povos denominados “negros” que suscita o ódio – um ódio profundo, extenso, duradouro, cujas raízes se perdem na memória esquecida da humanidade e que remetem a insolúveis conflitos longínquos (WEDDERBURN, 2007, p. 211).

Em Mariana, cidade que foi e continua sendo marcada pela divisão espacial e social, o direito de fala de negros e pobres foram (e são) abafados por padrões sociais que se repetem historicamente. Os contextos históricos traçados até aqui, e os cenários que os constituem em diferentes períodos, são muito importantes para a compreensão do lugar e do tempo em que se insere o *Estrella Mariannense*. Conhecer os costumes, a cultura, a economia, a política e as nuances da sociedade local de outras épocas evidenciará a maneira singular como a cidade era retratada nas páginas do jornal.

Que elementos da narrativa do jornal *Estrella Mariannense*, refletem, em Mariana, a reprodução de estereótipos e estigmas sociais contra os negros? A partir dessa pergunta, questões secundárias somam a problematização aqui proposta: de que forma o *Estrella Mariannense* representava os negros? A que interesses esse tipo de narrativa do jornal servia? Que contradições podem ser identificadas no discurso de um jornal que se pretende libertário em uma terra escravizada?

Os dilemas sobre a representação dos negros na imprensa ainda é pauta na atualidade. Nas plataformas midiáticas da contemporaneidade, autores com Rosane da Silva Borges (2012), por exemplo, propõem a seguinte reflexão nos dias de hoje: “é possível implodir o sistema de representação recorrente e instaurar outra narrativa sobre o negro e a mulher negra, pulverizando-a na TV, jornais impressos e eletrônicos, internet, peças publicitárias e nas redes sociais?” (BORGES, 2012, p. 186). Para iluminar questões como essa, pode ser útil voltar ao passado e resgatar o primeiro jornal da primeira capital mineira. Mostrar as nuances do papel cumprido por esse periódico em um lugar marcado por histórias de fome, de ouro, senzalas e desigualdades.

A narrativa do jornal e a cobertura política do *Estrella Mariannense* serão analisadas a partir de conceitos oriundos das ciências sociais e da comunicação. A discussão se dará a partir do debate em torno da função social do jornal e do direito de fala de alguns sujeitos –

em detrimento de outros. Dessa forma, é possível debater o discurso social nas diferentes camadas populares e a maneira como isso se traduz no jornal.

2 O CONTROLE SOCIAL NA MÍDIA

Por tratar de questões que refletem as preocupações e os interesses das comunidades, além de agendar certos temas em detrimento de outros, movendo-se dentro de certas estruturas da sociedade, a notícia pode se revelar um eficiente instrumento de controle social. Na perspectiva foucaultiana, que vislumbra uma teoria da dominação e dos efeitos no discurso, o jornalismo emerge como dispositivo de sujeição dos corpos, como observam Beatriz Marocco e Christa Berger (2006). Nessa concepção, a notícia pode, por exemplo, transformar certos indivíduos em personagens perigosos, que oferecem risco ao meio social em que transitam. Assim, as notícias acabam se transformando em instrumento de controle exatamente porque geram uma “coesão social em torno da norma (que marginaliza o outro infrator)”, abrindo caminho para a “coação dos corpos dos mais perigosos, incluindo-os no discurso para visibilizar a sua exclusão da sociedade” (MAROCCO; BERGER, 2006, p. 10).

Ao se tornar um instrumento que viabiliza o controle social, a notícia, por meio da mídia, reforça determinados estigmas e estereótipos que marcam os lugares dos sujeitos na sociedade. Mas não o faz sozinha. Em certa medida, essa ideia do sujeito que atua com a mídia é uma concepção que remete às reflexões empreendidas por Foucault (2011) acerca do corpo, então descoberto como fonte inesgotável de poder – como máquina, como sistema e disciplina. O corpo é, ao mesmo tempo, dócil e frágil. Portanto, adestrável, fácil de manipular e dominar. Mas a disciplina imposta a homens e mulheres nos séculos XVII e XVIII, segundo ele, é diferente dos princípios que regem a escravização ou a domesticidade dos períodos clássicos – exatamente porque mantém a dominação sem se apropriar dos corpos.

Na prática, essa disciplina molda corpos dóceis, em geral submissos, embora especializados e capazes de desempenhar várias funções. E a explosão demográfica do século XVIII inaugura exatamente um cenário em que se observa o aumento dos grupos passíveis de serem controlados. Assim, a disciplina, na perspectiva de Foucault, emerge não como instituto ou instância, mas como um modelo de poder:

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições “especializadas” (as penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um

fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontram maneiras de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder (...), seja de aparelhos que fizeram da disciplina seu princípio de funcionamento interior (disciplinação do aparelho administrativo a partir da época napoleônica), seja enfim de aparelhos estatais que têm por função não exclusiva, mas principalmente fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade (a polícia) (FOUCAULT, 2011, p. 203-204).

A disciplina, nessa condição de modelo de poder, parece marcar, portanto, o período que assiste à consolidação dos primeiros jornais. Está-se a falar, aqui, dos séculos XVIII e XIX, em um mundo já marcado pelo ideal do controle. Nesse tempo, como observa Foucault (2008), era importante inspecionar o que os indivíduos poderiam fazer, o que seriam capazes de fazer, o que estariam sujeitos a fazer ou o que estariam na iminência de fazer. O que se tem então é uma sociedade disciplinar, que tem por objetivo primeiro esse controle social. É justamente para permitir essa vigilância que uma série de instituições começa a se desenvolver ao redor do Judiciário: instituições psicológicas ou psiquiátricas, pedagógicas e policiais, por exemplo. A elas cabe a função de punir as infrações e corrigir os desvios (FOUCAULT, 2008).

A imprensa, ainda que incipiente em alguns lugares, como o Brasil, acaba servindo a esse sistema. No mundo inteiro, as sociedades – e seus jornais – trabalharam para manter a ordem estabelecida a partir de um conjunto específico de regras sociais, jurídicas e culturais. Quem infringe a regra e rompe com a ordem urbana é considerado um desviante no sentido proposto por Howard Becker (2008). Para ele, o desvio não é propriamente a qualidade do ato cometido pelo sujeito, mas sim o resultado da aplicação que outras pessoas fazem das regras e das sanções estabelecidas para quem infringe as normas. O desviante “é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aqueles que as pessoas rotulam como tal” (BECKER, 2008, p. 21-22).

Significa dizer, então, que os atos são considerados desvios conforme a reação das outras pessoas a eles. A imposição de regras, segundo Becker, parte, em geral, de grupos que detêm uma posição social que lhes oferece poder para tal. Assim, as diferenças de idade, gênero, etnias e classe podem influenciar na capacidade de um determinado grupo definir as regras para outro. Além disso, a forma como certa conduta será tratada como desviante depende daquele que comete o ato – e também de quem se sente prejudicado, pois as regras geralmente são mais aplicadas a algumas pessoas do que a outras, segundo Becker:

Estudos de delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia; menos probabilidade, quando levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado. Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos. De maneira semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos (BECKER, 2008, p. 25).

Essa influência da posição social de cada sujeito – que define quem é desviante e quem segue conforme as regras estabelecidas – é também o que dá contornos a certas representações sociais. Jovens moradores das periferias, por exemplo, tendem a ser considerados uma ameaça, um risco. São representações especialmente comuns nos centros urbanos, como já assinalou Canclini (2002), onde as sociedades absorvem uma sensação de insegurança generalizada. Nas mais variadas cidades, não é incomum que um sujeito seja considerado uma ameaça, ainda que não tenha praticado qualquer ilícito. Ele é percebido, como um desviante em potencial, ou seja, é percebido em sua virtualidade, e não em uma ação específica. Essa noção de periculosidade é difundida pela imprensa desde o século XIX – e ainda pode ser vista nos dias atuais. Como observa Foucault, o indivíduo passa a ser concebido pela sociedade “não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 2008, p. 85).

Saber mais sobre como esse processo se dava no Brasil escravocrata é um desafio, já que os estudos sobre a criminalidade no Brasil nesse período são raros. Porém, os dados existentes revelam indícios de que a taxa de criminalidade era menos elevada entre os escravos do que no restante da sociedade brasileira, o que pode evidenciar a forte vigilância do sistema escravista, conforme Mattoso (1982). Mesmo assim, os jornais do século XIX frequentemente traziam os negros como principais sujeitos das páginas policiais. Eram eles os culpados pela desordem urbana, como ressalta Lilia Moritz Schwarcz (1987). Nas páginas que versavam sobre as ocorrências policiais da época, era comum o sujeito negro aparecer como o personagem principal, segundo a autora. Assim, o negro desse período é, antes de tudo, “um suspeito em potencial”, já que, direta ou indiretamente, a sua imagem estará sempre vinculada a ideia da “violência”, de “ferocidade” (SCHWARCZ, 1987).

Para Celia Maria Marinho de Azevedo (1987), havia, no século XIX, uma ideia de inferioridade dos africanos “como se a pressuposta concordância geral quanto a este ponto dispensasse explicações” (AZEVEDO, 1987, p. 56-57). Segundo ela, era a partir dessa premissa que se desenvolvia o argumento “de que o negro perigoso (porque inculto, imoral,

não-civilizado, enfim, diferente) precisava ser rapidamente incorporado à sociedade via estratégias disciplinares” (idem).

Essa associação entre a cor de pele negra e a violência pode ser identificada nos jornais oitocentistas, onde até a palavra *negro* indicava atos infames, violentos e reprováveis, segundo Schwarcz. Era comum que periódicos como o *Estrella Mariannense* utilizassem expressões como “páginas negras”, “negro crime”, dentre outras, para abordar temas ligados à violência. Também era comum que a cor dos indivíduos negros fosse relatada antes do nome do indivíduo e, até que se provasse o contrário, eles eram considerados propriedade de alguém (mesmo os negros já libertados). Os negros eram presos até por andarem na rua, já que eram identificados como supostos escravos (SCHWARCZ, 1987). Os jornais construía, assim, as verdades de um lugar:

O jornal (...) trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. Dessas verdades ninguém duvida, assim como não se questiona ou se busca explicar a cura feita pelo xamã. Portanto o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicações. São verdades, verdades de um espaço inquestionável, páginas e páginas escritas com um poder talvez igualável ao de um xamã (SCHWARCZ, 1987, p. 248).

Contudo, a autora indica também que os anúncios e notícias se referiam a diferentes situações e condições dos negros escravizados. Na América, os escravos viviam com possibilidades distintas entre si, conforme a região de origem, a área onde moravam no Brasil, assim como quanto à atividade aqui exercida e até mesmo conforme sua condição sexual. Esses fatores também poderiam influenciar na representação dos negros no jornal. “Não se representava da mesma maneira o ‘doce e serviçal escravo’ e o ‘rude cativo do campo’. Além disso, era totalmente diversa a imagem de um pajem educado e solícito, da oferecida pelo escravo do campo, violento e ‘fujão’, ou do garoto negro, ‘moleque’ inofensivo” (SCHWARCZ, 1987, p. 161).

De acordo com Kátia Mattoso (1982), a humildade, a fidelidade e a obediência eram essenciais para que a pessoa escravizada fosse percebida como um “bom escravo”. Essas capacidades interferiam também na inserção social e na aceitação desse sujeito. Para o escravo, a obediência e a humildade era um mecanismo de resistência e uma das únicas estratégias para que ele pudesse ter uma mudança de vida, já que o negro “(...) para subir na escala social e conquistar sua parcela de vida privada, precisa utilizar os valores da sociedade

branca de adoção” (MATTOSO, 1982, p.111). Segundo a autora, é resguardado na obediência que o escravo poderia “recriar seu mundo destruído, um universo novo com as novas cores da terra brasileira, mas bem seu” (idem). Assim é que, o negro escravizado conseguia preservar parte de sua liberdade:

Comprado, vendido, mandado, o escravo sabe preservar sua parcela de autonomia, de humor, de ternura e de sonho. A miragem da alforria individual e, mais tarde, no século XIX, da abolição da escravatura, serão as iscas douradas, e talvez enganosas, para as quais se precipitava o escravo brasileiro, certo, graças a seu jeito, de conseguir continuar a adaptar-se a todas as aventuras sociais que o espreitam no mundo dos homens, aos quais a lei se guarda bem de classificar como livres, o mundo matizado dos forros (MATTOSO, 1982, p. 175)

É nesse cenário do século XIX que o primeiro jornal de Mariana é produzido e distribuído. Ele se insere em uma sociedade escravocrata, onde as autoridades governamentais eram desafiadas a vencer levantes e rebeliões de pobres livres, índios e escravos fugidos, espalhados pela província mineira. Esse é o contexto que contribui para a criação de projetos e ações com o objetivo de disciplinar e reorganizar o meio social (ARAÚJO, 2004). Sociedade e imprensa, juntas, assumem então os discursos que buscam a ordem e o controle social nessa cidade.

2.1 Os reflexos da sociedade na imprensa

Foi do esforço pelo resgate da ordem que emergiram, por exemplo, as medidas médicas e higiênicas do século XIX. Jurandir Freire Costa (2004) explica que muitos foram os efeitos do abandono das cidades brasileiras por Portugal até meados do século XVIII e que algumas iniciativas de controle, na forma de ordenações legais, eram adotadas com base naquilo que as autoridades consideravam *ordem, justiça, leis, transgressão e punição*. Eram comuns, entre as práticas adotadas por instituições jurídicas e policiais, os enforcamentos, exílios e açoites, dentre outros procedimentos próprios dessa época.

A política higiênica⁷ do período oitocentista defendia, por exemplo, um ideal de corpo saudável em oposição ao corpo flácido e doentio do indivíduo colonial, de acordo com Costa (2004). Havia um padrão desejável de classe e raça – um modelo de corpo superior aos

⁷ Os termos “política higiênica”, “medidas médicas e higiênicas” e “cuidado higiênico” são assim abordados por Costa (2004) no livro *Ordem médica e norma familiar*.

demais. O cuidado higiênico, segundo Costa (idem), incentivou assim o racismo e outros preconceitos sociais, permitindo a exploração daqueles que não estavam inseridos no modelo previamente construído conforme certo padrão.

O cuidado higiênico com o corpo fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa. O racismo não é um acessório ideológico, acidentalmente colado ao *ethos* burguês. A consciência de classe tem, na consciência da “superioridade” biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação. O indivíduo de extração burguesa, desde a infância, aprende a julgar-se “superior” aos que se situam abaixo dela na escala ideológica de valores sócio-raciais. Por isso mesmo, admite-se com mais facilidade e, às vezes, com marcante insensibilidade a situação de inferioridade sócio-econômica a que geralmente estão submetidos os banidos da elite física: “crioulos”, “paraíbas”, “caipiras” etc. Por isso mesmo, quando, por vezes, consegue despojar-se da ideologia política de sua classe social, continua avaliando pejorativamente o corpo, os gestos, a fala, o modo de ser e viver dos mal-nascidos. Continua, *malgré lui*, fascinado pelo corpo burguês, higienicamente urbanizado e disciplinado (COSTA, 2004, p. 13-14).

Nesse sentido, impressiona como a medicina social, através de sua política higiênica surge como estratégia de ordenamento do meio urbano – mais eficaz até que as táticas jurídicas e policiais. Segundo Costa (2004), a higiene integrou a cidade e a população ao saber médico, utilizando, para isso, técnicas de submissão e novos conceitos científicos. Na prática, uniu os interesses da medicina com os da elite agrária e, assim, voltou-se exclusivamente aos grupos familiares da elite no processo de constituição das famílias, conforme explica o autor:

(...) Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos, que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre. Estes últimos, juntamente com os desclassificados de todo tipo, serão trazidos à cena médica como aliados na luta contra a rebeldia familiar. Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc., servirão de anti-norma, de casos-limite de infração higiênica. Foi sobre as elites que a medicina fez inculcar sua política familiar, criticando a família colonial e seus crimes contra a saúde. A camada dos “sem-família” vai continuar entregue à polícia, ao recrutamento militar ou aos espaços de segregação higienizados, como prisões e asilos (COSTA, 2004, p. 33).

A ordem e a lei são acionadas, assim, a fim de exercer o controle sobre esses indivíduos considerados desclassificados. A lei se impõe principalmente através da punição, da repressão e da coerção – sua ação exclui e impõe barreiras. Já a norma é fundada histórica e politicamente nos séculos XVIII e XIX, e carrega consigo a noção de dispositivo. Essa última denominação abarca um conjunto de práticas discursivas que agem, à margem da lei,

em posição contrária ou favorável a elas, trazendo sua própria tecnologia de sujeição (COSTA, 2004).

Nessas práticas discursivas estão inclusos elementos teóricos capazes de reforçar as técnicas de dominação, a partir do conhecimento e da racionalidade. Assim os saberes disponíveis – como os enunciados científicos, as concepções filosóficas, figuras literárias e princípios religiosos, dentre outros – criam esses elementos teóricos, que, por sua vez, são articulados a partir dos objetivos de poder. Por outro lado, as práticas que não são discursivas materializam o dispositivo a partir de um conjunto de instrumentos, como, por exemplo, as técnicas físicas de controle corporal, os regulamentos administrativos de controle do tempo dos indivíduos, as técnicas de organização arquitetônicas dos espaços e as técnicas de criação de necessidades físicas e emocionais, segundo Costa (2004).

Da combinação destes discursos teóricos e destas regras de ação prática, o dispositivo extrai seu poder normalizador. A lei, através da repressão, busca principalmente negar, desqualificar, obstruir a via de acesso do indesejável. A norma, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, visa prioritariamente a prevenir o virtual, produzindo fatos novos. A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais (COSTA, 2004, p. 50).

Em certa medida, é esse o papel – de um dispositivo normalizador – que o jornal *Estrella Mariannense* assume quando cobra das autoridades públicas, em suas páginas, a manutenção da ordem. E o que era essa ordem? A atuação da polícia e da justiça para assegurar a civilidade e a disciplina municipal. Segundo Patrícia Vargas Lopes de Araújo (2004), no século XIX, tanto o Império quanto os agentes políticos de Mariana demonstravam preocupação com a forma como o espaço público era ocupado naquele tempo. Definiram, assim, medidas de cunho governamental para o controle do meio urbano (ARAÚJO, 2004).

2.2 O discurso da ordem social no *Estrella Mariannense*

Mesmo após a publicação de outros jornais na cidade, o *Estrella Mariannense* se firmava na imprensa regional, publicando críticas e outras variadas opiniões acerca dos acontecimentos da cidade. O redator desse periódico debatia temas nacionais e municipais e,

em diversos momentos, cobrava ações do poder público nas mais diversas áreas, como saúde, infraestrutura e segurança pública, por exemplo. Por isso, em diferentes momentos, ele reclama da atuação de juízes de paz, de vereadores e membros ligados aos conselhos municipais. Dessa forma, Manuel Berardo Accursio Nunan, o redator do periódico, acreditava cumprir sua função de “redator público”.

Não raras vezes, o jornal recorria ao *Código de Posturas Policiais*, criado pelas autoridades públicas para estabelecer uma série de normas sobre o que era ou não era permitido na região. Aqueles que infringissem essas regras seriam multados e presos, segundo Araújo (2004). A pesquisadora afirma também que, nesse período, o *Código de Posturas* de Mariana determinava que, aos contraventores escravos, as penas não deveriam consistir em prisões, mas, sim, em açoites. Segundo ela, as multas também podiam ser pagas em pancadas de palmatórias, conhecidas como “palmatoadas”. Algumas proibições são destacadas pela autora:

O artigo 23 das Posturas Policiais da cidade de Mariana, modificadas em consideração à Lei de 1º de outubro de 1828, informava que eram: “proibidos nesta Cidade e Arraias do Termo ajuntamento de homens e mulheres para batuque e outros fins ainda mais perniciosos e ofensivos à moral pública, devendo serem multados em dois mil e quatrocentos réis pela primeira vez, pela segunda o duplo, e seis dias de cadeia cada um dos indivíduos que for achado em tais ajuntamentos, e o que der casa sofrerá sempre a pena dobrada (ARAÚJO, 2004, p. 94).

De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca (1998), essas práticas de controle regulamentadas e implementadas pelo *Código de Posturas* da cidade tinham por objetivo principal o ordenamento nas mais diversas áreas do município, envolvendo “desde o ‘modo de fruição’ do logradouro comum dos moradores de cada distrito, como os problemas de ‘trânsito público’, de ‘salubridade pública’, até chegar ao ‘embelezamento das povoações do município’” (FONSECA, 1998, p. 52-53).

A edição nº 59 do *Estrella Mariannense* já registrava, em 1831, uma Carta de Lei decretada pela Assembleia Geral e sancionada pela Regência da Província do Imperador D. Pedro II que trazia diversas regras relacionadas a ocupação dos espaços públicos. Dentre as normas previstas pela carta, havia um artigo de lei que impedia o ajuntamento de cinco ou mais pessoas nas ruas, praças e estradas. Outro artigo registrava que as pessoas consideradas suspeitas por qualquer circunstância seriam observadas pelas rondas dos oficiais de justiça. Já na edição nº 107, veiculada em 1832, um edital da Câmara registra quatro artigos aditivos ao *Código de Posturas* de Mariana com regras especificamente voltadas para os escravos.

Segundo esse edital, quaisquer escravos, de ambos os sexos, só poderiam deixar a cidade, as povoações, as fazendas e o Termo de Mariana com uma permissão assinada pelo seu senhor. Caso algum escravo fosse encontrado sem essa permissão e não declarasse qual era o seu dono, seria mandado para o Juiz de Paz que deveria publicar editais e anúncios na imprensa para que seu senhor o encontrasse. A carta também previa, para o escravo encontrado, uma pena de prisão por oito dias na casa de seu senhor, além de “castigo com a devida moderação”⁸. Quando havia a permissão para sair da cidade, esse documento deveria conter o nome do senhor do escravo, a naturalidade desse escravo, sinais no corpo (se houvesse), o lugar para onde ele iria e o tempo que dispunha para ir até lá. Para os negros alforriados, essa permissão deveria ser dada pelo Juiz de Paz. A veiculação desse edital no jornal provavelmente tinha por objetivo informar senhores e escravos das decisões da Câmara. Para Andréa Lisly Gonçalves (1998), esses artigos de lei tinham o objetivo de controlar e não de impedir o deslocamento de parte da população escrava e alforriada.

Outro aspecto precisa ser considerado aqui: o fato de Mariana ser o centro religioso de Minas exigia uma imagem coerente com a ordem moral vislumbrada pela Coroa – e não mais a imagem de um arraial que sofreu com as inundações do Ribeirão do Carmo, conforme Fonseca (1995). O município passou então por diversas intervenções sobre sua ordenação urbana por meio de ações solicitadas diretamente pelo rei (idem). A motivação para tanto controle, segundo Fonseca, estava ligada às riquezas que a região mineira oferecia na época:

Sendo o ouro das Minas Gerais o principal sustentáculo das finanças portuguesas, era de se esperar que a Coroa procurasse exercer um controle total (principalmente através das câmaras) sobre cada ato que fosse praticado nos seus mais populosos núcleos, com o fim de manter a ordem e a submissão. Essa postura, principalmente a partir do século XVIII, algumas vezes se traduzia em medidas visando o melhor ordenamento espacial das aglomerações, o que estava perfeitamente de acordo com a filosofia da época (FONSECA, 1995, p. 87).

A criação de medidas de controle por parte do Estado também se fez necessária com o surgimento de outras formas específicas de trabalho escravo nas áreas urbanas, que trouxe um pouco mais de liberdade para os escravizados, como aponta Liana Maria Reis (2008). “Vários mecanismos de controle, portanto, foram então desenvolvidos para vigiar e limitar os laços de sociabilidade e solidariedade criados no dia-a-dia dos núcleos urbanos entre escravos, forros e homens livres” (REIS, 2008, p. 18-19). Segundo ela, os laços sociais firmados entre os

⁸ ESTRELLA MARIANNENSE, nº 107, 18 de julho de 1832.

escravos poderiam contribuir para o aumento do grau de violência e de crimes contra o Estado e a ordem pública (idem).

No âmbito das leis, é necessário ressaltar que esse controle era feito desde o século XVIII, quando o governo de Minas proibia o uso de armas por mulatos, negros, índios carijós e bastardos. A atuação das negras em vendas ambulantes também era coibida (LEWKOWICZ, 1992). Havia, entre as autoridades, um medo permanente de que as comunidades negra e mulata se armassem, provocassem rebeliões e até mesmo tomassem o poder do país, invertendo a ordem social e escravizando os brancos (REIS, 2008; AZEVEDO, 1987). Essa era uma das razões para que o escravo dos centros urbanos fosse constantemente vigiado e controlado pelo Estado, de acordo com Reis (2008) – um controle que não se estabelecia apenas no âmbito social, mas também na arrecadação sobre a extração do ouro. Para garantir a arrecadação do que lhe era devido, o fisco empenhava-se na vigília à população mais pobre e marginalizada, que estava em constante rebelião, de forma a garantir a receita (LEWKOWICZ, 1992). Naquele cenário, as parcelas menos favorecidas da população eram consideradas, antes de tudo, inferiores, como acentua a autora:

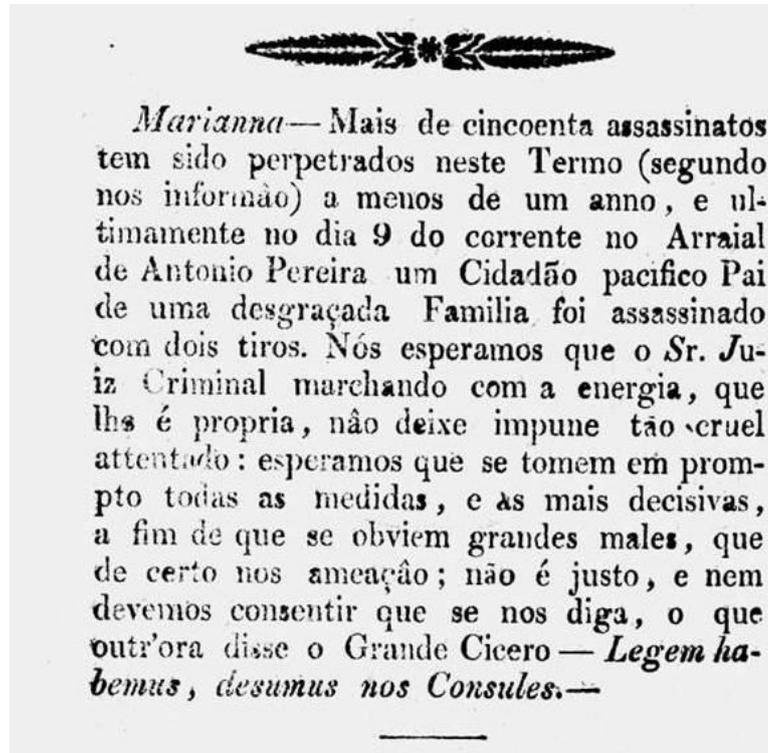
Essas leis sucessivas demonstram a dificuldade de controlar a população considerada inferior e turbulenta. Para esses homens pobres, sem ocupação, tidos como vadios, e que não eram brancos em sua maioria, mas “Mulatos, Cabocos, Mestiços, e Negros Forros”, tentou-se dar um destino, no povoamento das regiões em direção ao sertão, combatiam os quilombos e compunham as tropas. (LEWKOWICZ, 1992, p. 58).

De fato, em várias edições, o *Estrella Mariannense* utilizou-se de sua condição de jornal já consolidado na cidade para cobrar mais punição e policiamento nas ruas, tanto através de notícias, quanto de editoriais e publicação das atas de reuniões de Câmara. O periódico recorria também às cartas que recebia dos leitores. Assim, a elite de Mariana – que se ocupava de escrever essas cartas – unia-se ao próprio redator para exigir providências das autoridades públicas.

Um exemplo é a edição 3 (FIG. 2), veiculada no dia 20 de maio de 1830, em que o redator do *Estrella Mariannense* relata que, em menos de um ano, mais de 50 assassinatos foram cometidos na região, conforme informações de suas fontes. Ainda segundo ele, um pai de família havia sido assassinado no Arraial de Antônio Pereira, atualmente um dos distritos da cidade de Ouro Preto. Em seguida, o redator afirma esperar que o juiz criminal não deixe o

crime impune e pede que todas as medidas “e as mais decisivas” sejam tomadas para impedir os “grandes males, que de certo”⁹ ameaçam a cidade.

Figura 2 – *Estrella Mariannense*, nº 3, 20 de maio de 1830.



Fonte: *Estrella Mariannense*, 20 de maio de 1830, p. 3.

A disciplina, a ordem e a civilidade são apregoadas pelo *Estrella Mariannense* em diversos momentos. Nessa pequena notícia, é possível notar que a civilidade municipal é considerada um elemento assegurado pela polícia e, portanto, dependente da vontade do Estado. Sob esse aspecto, a maneira como o *Estrella* cobra do juiz providências para que os assassinatos não se mantenham impunes está relacionada à percepção que o jornal tem do papel da polícia e da justiça: duas instituições garantidoras da ordem, da civilidade e da disciplina em Mariana. Essas instituições, segundo o jornal, eram as responsáveis por defender e resguardar o “cidadão pacífico”, o “pai de família” – que jamais configurariam os miseráveis, os desclassificados, os doentes – e muito menos os negros, sobretudo os escravos.

Há uma clara distinção entre os grupos sociais em Mariana, como evidenciou Souza Júnior (2005). Essa característica influenciou a cultura, a sociedade, a religião e a política local. A disputa política na cidade, até meados do século XX, era polarizada entre a direita e a esquerda, segundo Eduardo Campos (2015). As forças políticas de direita eram formadas por

⁹ ESTRELLA MARIANNENSE, nº 3, 20 de maio de 1830.

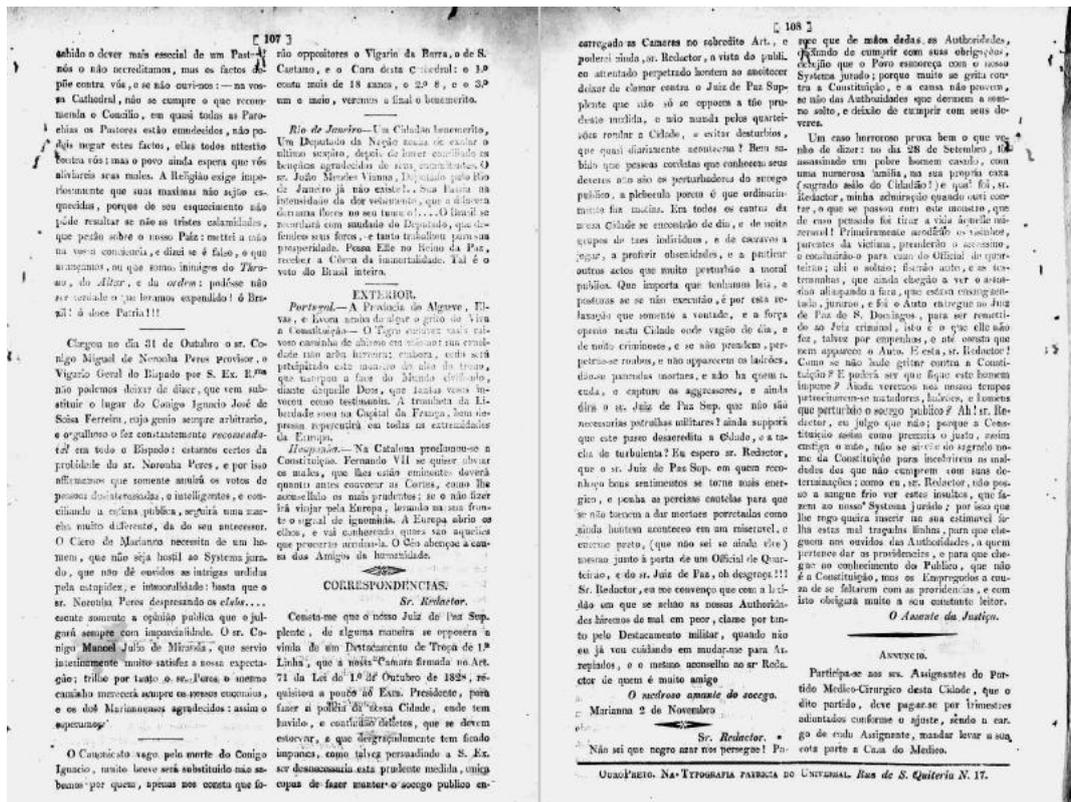
um grupo intelectualizado e fechado, que tinha como seus simpatizantes os herdeiros das oligarquias coloniais. Por sua vez, a esquerda tinha como integrantes afrodescendentes e pessoas com menos poder financeiro. Essa divisão remontava ao período colonial, quando as associações religiosas eram diferentes para brancos e negros (CAMPOS, 2015).

Algumas edições do *Estrella Mariannense* no ano de 1830 trazem outros exemplos relacionados à temática da segurança pública. Na edição 17, a carta de um leitor reclama da falta de policiamento e dos roubos na cidade. Mais de um mês depois, na edição 23, o jornal publica nota em que revela que a necessidade de uma ronda policial foi discutida durante a reunião da Câmara dos Vereadores. Esse debate retorna de maneira ainda mais incisiva na edição 27, publicada em 6 de novembro de 1830 (FIG. 3). Essa publicação integra o conjunto de edições analisadas nessa pesquisa, como mostra o próximo capítulo. Nessa carta, um leitor reclama de “grupos de indivíduos” e de escravos a jogar nas noites da cidade. Para esse leitor, essas pessoas seriam as responsáveis pela desordem e pelos crimes do município. Os crimes praticados por esses grupos, segundo a carta, seriam os jogos praticados, as obscenidades que falavam e os atos que exerciam contra a moral pública.

Na opinião desse leitor, que assina a carta como “O medroso amante do socego”¹⁰, seria necessária uma postura mais enérgica por parte do juiz de paz suplente, de forma que fossem evitados atos violentos. O leitor cita, como um desses atos, o assassinato de um “enorme preto” próximo ao “Oficial de Quarteirão” e ao juiz de paz. Ainda de acordo com a carta, um juiz de Paz suplente teria se oposto a uma ronda policial em Mariana – medida que, segundo o autor, seria a única capaz de manter o sossego público e evitar esses crimes. Nessa mesma edição e na mesma página, outro leitor relata o assassinato de um pai de família e pede a condenação do crime.

¹⁰ Assim como os demais periódicos do século XIX, no *Estrella Mariannense*, a grafia apresentava diferenças próprias e adequadas ao português brasileiro de 1830.

Figura 3 – Estrella Mariannense, nº 27, 6 de novembro de 1830.



Fonte: Estrella Mariannense, 6 de novembro de 1830, p. 3-4.

Essas cobranças feitas pelo redator aos juízes para controlar a insegurança municipal continuam na edição 37 (FIG. 4), publicada em 22 de janeiro de 1831 e que também é objeto de análise nesse estudo. Nessa notícia, o redator afirma que, se não soubesse da utilidade dos juízes de Paz, poderia dizer que alguns trouxeram mais a desordem do que a ordem urbana. Em seguida, ele diz que poderia louvar os distritos ao redor de Mariana, como Sumidouro, Barra Longa e Furquim, mas não poderia fazer o mesmo em relação à cidade, já que os jogos continuavam no município e seus subúrbios. O redator faz, assim, uma “severa censura” ao juiz. Outra crítica que o redator faz nessa edição se relaciona a certos grupos de negros que estariam armados de porretes e que estariam circulando pela cidade aos domingos e dias santos. Ele cobra uma reflexão do juiz acerca dos “sufrágios de um povo”, já que todos estavam atentos à administração que ele exercia no lugar.

Figura 4 – *Estrella Mariannense*, nº 37, 22 de janeiro de 1830.

Se não estivessemos inteiramente convencido da utilidade dos Juizes de Paz, á vista do procedimento de alguns certamente diria-mos que semillante instituição nos trouxe maiores desordens; porem se olhamos neste mesmo Termo para os Destrictos do Sumidoro, Barra Longa, e Forquim nós encontramos materia para louvar, o que não podemos fazer para com o desta Cidade, a quem nesta occasião lhe fazemos a mais severa censura pela continuação dos jogos, que impunemente se fazem nesta Cidade, e seus suburbios, pela continuação dos grupos de negros que armados de porretes percorrem aos Domingos, e dias Santos esta Cidade, diriamos mais alguma coisa do escandaloso curral no largo da Sé sobre o que recebemos a correspondencia do sr. Queixoso, se estivessemos já bem informado. E' necessario que o sr. Juiz de Paz aprecie como deve os sufragios de um povo, que assim o constituhio, e que se lembre que todos olhamos para a sua marcha na administração a seu cargo.

Fonte: *Estrella Mariannense*, 22 de janeiro de 1831, p. 2.

Conforme mostram outras edições do *Estrella Mariannense*, esses jogos, já amplamente reprovados pelo jornal, poderiam ser a capoeira ou os jogos de baralho – que costumava reunir negros escravizados ou alforriados em alguns locais da cidade. Ao condenar a capoeira e os jogos de baralho, o redator demonstra que, já naquela época, o lugar reservado aos negros era outro, nunca o espaço da rua, que deveria figurar como lugar de lazer e circulação das pessoas de bem. Nessa narrativa, os negros são percebidos como criminosos. Tanto que, em várias edições, ele emerge como o responsável pela insegurança da cidade. Essa postura do jornal, aliada às críticas que fazia a uma suposta impunidade – que estaria

favorecendo o aumento de ações criminosas na região – contribuía, ainda, para o aumento da sensação de medo, insegurança e caos na cidade.

Assim, é certo que o *Estrella* refletia parte significativa dos valores da sociedade marianense daquela época e, assim como outros meios de comunicação, reproduzia as relações raciais brasileiras (RAMOS, 2002). Outra publicação analisada nessa pesquisa é a edição nº 70 (FIG. 5), de 18 de setembro de 1831, em que o redator desse periódico questiona a presença de grupos de negros reunidos em diversos lugares da cidade. Segundo ele, esses grupos poderiam produzir “efeitos bem tristes”. O redator defende mais vigilância para a cidade e mais atividade por parte do Juiz, já que, para ele, era obrigação do juiz de Paz vigiar os ajuntamentos de negros.

Figura 5 – *Estrella Mariannense*, nº 70, 18 de setembro de 1831.

— Será com effeito muita boa policia para uma Cidade encontrar-se em differentes lugares grupos de negros? julgamos que não, e como assim pensamos, lembramos ao sr. Juiz de Paz a rigorosa obrigação que tem de vigiar sobre taes ajuntamentos, que de ordinario produzem effeitos bem tristes. Podemos assegurar ao sr. Juiz de Paz que em quanto a jurisdicção esteve em poder do Sup. Bernardo Pinto jámais se virão taes grupos por que sua actividade, e seu zelo era sem limite: uma vez que o sr. Gonçalo quer continuar neste tão melindroso emprego deve ser mais activo, e não procurar somente os seus comodos encerrando-se logo ao anoitecer em sua caza; quem tem a seu cargo a policia de uma Cidade deve ter mais vigilancia, e mais actividade do que a que nos tem mostrado o sr. Gonçalo (excepto em Março que bem activo se mostrou). Outro objecto, que deve merecer os cuidados do sr. Juiz de Paz, são os jogos: temos visto até meninos já com o seu barallinho a jogar pelos corredores: isto parecerá talvez a alguém uma cousa insignificante, porém os resultados são sempre funestos, porque este vicio produz outros ainda mais temíveis.

Fonte: *Estrella Mariannense*, 18 de setembro de 1831, p. 3.

Na edição 74 (FIG. 6), de 5 de novembro de 1831, o *Estrella* publica mais uma crítica ao juiz de Paz de Mariana. Segundo o redator, o juiz presenciou um crime cometido a facadas,

mas, mesmo podendo prender os culpados, esperou o dia seguinte para fazer o exame de corpo de delito. O redator atribui a esse tipo de comportamento o crescimento da impunidade e critica, mais uma vez, os negros que estariam se reunindo nos domingos e dias santos para jogos de capoeira em locais públicos, incluindo a Praça.

Figura 6 – *Estrella Mariannense*, nº 74, 5 de novembro de 1831.

— A' dias o sr. Juiz de Paz desta Cidade presenciou
 a sangue frio da sna janella umas facadas e bordoadas !.
 e podendo apprehender os culpados esperou o outro dia
 para fazer auto de Corpo de dilicto !!! a -tal ponto
 tem chegado a impunidade dos crimes na malfadada
 Marianna. Ja não fallamos do escandaloso descixio, a
 a que se tem vergonhosamente condemnado o sr. Juiz
 de Paz, respeito aos negros: estes estão nos Domingos
 e dias Sanctos em grandes magotes jogando publicamente ;
 e até ensaiando-se na Praça nos jogos de capoeiras
 da Corte, e armados de facas e porretes!.. A tudo
 está indifferente o sr. Juiz de Paz, que tão activo se
 mostrou em Quarta feira de trevas!....

Fonte: *Estrella Mariannense*, 05 de novembro de 1831, p. 3.

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (2011) observa que tanto o noticiário quanto a literatura policial apresentam a delinquência como algo familiar, que, entretanto, representa uma ameaça à vida cotidiana. A narrativa policial, na concepção do autor, expõe o delinquente como alguém temível, que está próximo e em todos os lugares. Por isso mesmo, esse tipo de notícia pode contribuir para justificar e tornar conveniente e plausível a vigilância da sociedade pelo judiciário e pelo corpo policial:

(...) A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória. O romance de crime, que começa a se desenvolver nos folhetins e na literatura barata, assume um papel aparentemente contrário. Tem por função principalmente mostrar que o delinquente pertence a um mundo inteiramente diverso, sem relação com a existência cotidiana e familiar (FOUCAULT, 2011, p. 271).

Essas estratégias discursivas podem ser identificadas nos diferentes tipos de conteúdos abordados pelo *Estrella*. O jornal tentava mostrar, a partir das notícias aqui

examinadas, como o perigo estava próximo da sociedade marianense. Assim, ele cobrava o controle social por parte do judiciário e da polícia, além de incentivar e cobrar ações nesse sentido de todas as demais instituições públicas e representantes políticos da época. Esse discurso assumido pelo *Estrella* revela o desejo de separar brancos e negros, gente livre e gente escravizada, pobres e ricos. Como observa Foucault (2009), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10).

Há que se considerar ainda o contexto em que se situa o jornal, um periódico criado e produzido em uma sociedade escravocrata, empenhada em demarcar o lugar do negro na sociedade. É por isso que as notícias do *Estrella* também exemplificam os mecanismos utilizados pela mídia para reproduzir o racismo, como é possível observar na edição 85 (FIG. 7), de 17 de janeiro de 1832. Nesse exemplar, o *Estrella* divulgou uma nota do *Comitê Permanente da Sociedade Patriótica Marianense*¹¹ sobre alguns acontecimentos no arraial de Santa Rita do Turvo, onde hoje se situa a cidade de Viçosa. De acordo com a nota, em 18 de dezembro de 1831, 30 cativos (pessoas escravizadas) armados assistiram à missa no adro da capela. O juiz de Paz pediu que eles abandonassem as armas, mas eles não obedeceram e convenceram os escravos a se unirem a eles, com a promessa de liberdade. Ainda segundo a nota, eles ameaçaram voltar ao local e matar os brancos, saquear e abusar das “famílias honestas”.

A segurança do arraial foi reforçada pelos juízes vizinhos e comandantes de divisões, segundo a nota do Comitê. Além disso, o jornal informa que 50 homens se uniram à escolta para combater os revoltosos e que os membros do comitê estavam dispostos a oferecer alguma quantia que fosse necessária para rebater a “anarquia”. Na mesma edição, o redator do *Estrella* afirma que seis pessoas foram presas nesse ato em Santa Rita do Turvo, mas que a maior parte teria fugido. O redator acredita que os responsáveis não escapariam do “rigor da lei” e destaca que não se deve ter compaixão para com criminosos, já que “a lei aplica a todos a mesma pena”¹².

¹¹ Na edição 68, veiculada em 6 de setembro de 1831, o *Estrella* divulga o Estatuto da Sociedade Patriótica Marianense. Conforme esse Estatuto, o objetivo dessa sociedade era prestar apoio ao Governo Monárquico Constitucional Representativo. O Comitê, através de seus sócios, teria como função a educação dos jovens e o auxílio aos pobres e enfermos, como consta no documento.

¹² ESTRELLA MARIANNENSE, nº 85, 17 de janeiro de 1832.

Figura 7 – *Estrella Mariannense*, nº 85, 17 de janeiro de 1832.



Fonte: *Estrella Mariannense*, 17 de janeiro de 1832, p. 3.

Segundo Francisco Eduardo de Andrade (1998), essa agitação em Santa Rita do Turvo foi de responsabilidade de um grupo específico, constituído de “homens pobres, forros e alguns escravos contra o alistamento das Guardas Nacionais” (ANDRADE, 1998, p. 132). O autor afirma que, perante a lei, todo o cidadão ativo deveria se alistar. Contudo, um motim foi organizado pelo Capitão-Mor de Mariana, Manuel José Esteves de Lima, que era comandante

vitalício das companhias de ordenança. Ele difundiu a ideia de que a formação das Guardas serviria para escravizar os homens pardos. Dessa forma, 50 homens armados se reuniram, desafiaram as autoridades locais – como o Juiz de Paz e o pároco –, abandonaram o distrito e decidiram seguir para Mariana, conforme Andrade (1998).

O *Estrella*, contudo, não publica todas essas informações, mesmo as mais relevantes. Omite, por exemplo, a fala do Capitão de Mariana e os motivos pelos quais a revolta acontecia. Afinal, para os manifestantes, havia uma luta pelo direito de liberdade e de escolha. Além de ocultar essas informações, o redator do *Estrella Mariannense* opta por retomar o discurso de manutenção da ordem. Assim, as edições 70, 74 e 85 também integram o conjunto de publicações examinadas nessa pesquisa¹³.

O primeiro jornal da primeira capital mineira revela, dessa forma, uma cidade que carrega as marcas da desigualdade social, que limita seus próprios espaços, que não consegue conceber a diferença e que desconhece a cidadania de muitos, para privilegiar poucos – em geral, os brancos das classes abastadas. Aos demais, restam, quando não as senzalas, as prisões. O encarceramento, sob esse aspecto, só faz comprovar a incapacidade das elites de se sentirem confortáveis no convívio com as classes mais populares. Como afirma Bauman (1999), a ideia da sentença de prisão, que geralmente é apresentada como a solução possível para a insegurança, é colocada como um forte símbolo de impotência, de incapacidade e dor, embora na verdade represente um ato essencialmente excludente.

A prisão, porém, significa não apenas imobilização, mas também expulsão. O que aumenta a sua popularidade como meio favorito de “arrancar o mal pela raiz”. A prisão significa uma prolongada e talvez permanente exclusão (com a pena de morte sendo o padrão ideal para medir a extensão de todas as sentenças). Esse significado toca também um ponto muito sensível. O lema é “tornar as ruas de novo seguras” — e o que melhor promete a realização disso que a remoção dos perigosos para espaços fora de alcance e de contato, espaços de onde não possam escapar? A insegurança ambiente concentra-se no medo pela segurança pessoal; que por sua vez aguça ainda mais a figura ambígua e imprevisível do estranho. (...) A prisão é apenas a mais radical dentre muitas medidas — diferente do resto pelo suposto grau de eficiência, não por sua natureza (BAUMAN, 1999, p. 116).

A cobrança por intervenções das autoridades locais e a busca pela punição daqueles julgados criminosos por parte do *Estrella* revelam, ainda, uma parte da percepção voluntarista das elites ao tratar de temas tradicionais no país, como a pobreza e a desigualdade. Há quase duas décadas, Elisa P. Reis (2000), no trabalho intitulado *Percepções da elite sobre pobreza e*

¹³ As demais edições analisadas nessa pesquisa são aquelas apresentadas no capítulo 3, na seção 3.3.

desigualdade, já estudava as percepções compartilhadas pela população brasileira acerca desses temas e já demonstrava essa tendência da elite ao buscar soluções para determinadas questões sociais:

O padrão de respostas mais comum entre as elites sugere que elas acreditam que as coisas poderiam mudar se houvesse vontade política e se o Estado cumprisse seu papel. Ou seja, as elites em geral tendem, coerentemente, a uma percepção voluntarista da realidade. Tomam como pacífico que é possível mudar a realidade através da ação. Logicamente, podemos nos questionar por que motivo essa visão não tem levado a uma pressão por mais ação e planejamento mais rigoroso. Aparentemente, as indicações são no sentido de que a elite não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere claramente a responsabilidade sobre ele ao Estado. É o Estado que carece de vontade e que não planeja bem suas ações. Mesmo a elite política — no caso, os parlamentares no Congresso — e a elite burocrática — aquela que ocupa as posições superiores da burocracia pública — não se vêem como Estado. Nesse sentido, elas parecem ter uma atitude clientelística diante do Estado: este deveria buscar soluções para problemas sociais que, no limite, trazem externalidades negativas para os não-pobres (REIS, 2000, s/p).

Kátia Mattoso (1982) observa que, desde o período entre os séculos XVII e XIX, por exemplo, os níveis de hierarquia social eram sentidos de forma implacável, tanto na classe “dominada” quanto na classe “dominante” – embora também existissem relações brandas entre escravos e senhores, diferente de outras relações (mais complexas) entre alguns escravos e negros alforriados (MATTOSO, 1982).

Além disso, o contexto histórico, o cenário político e a situação econômica – atravessados pela escravidão – assim como as leis jurídicas e a própria formação nacional, dentre outros fatores, possibilitavam que a elite cultural marianense automaticamente transferisse a responsabilidade pelas crises e conflitos sociais para as autoridades públicas. A voz dessa elite, com seus preconceitos, estava nos jornais da época. Lá ela expressava sua indignação para com a ausência de uma ação pública capaz de ordenar a cidade. Mas o preconceito também se fazia presente nos anúncios pagos, outra possibilidade oferecida aos leitores do *Estrella*. Nessa seção, devidamente identificada, e geralmente nas últimas páginas, o jornal propagandeava a venda de fazendas, a busca por cavalos desaparecidos e também por negros escravizados fugidos ou desaparecidos. Conforme se verá adiante, o tipo de descrição dessas pessoas, concebidas como mercadoria, era reservado aos negros.

Diferentemente de outros periódicos dessa época, o *Estrella* não publicou anúncios de vendas de escravos, somente anúncios daqueles fugidos ou encontrados. No total, o periódico veiculou seis anúncios de recompensa por denúncia e entrega dos fugidos e quatro anúncios

daqueles encontrados (INÁCIO, 2012). Em seu livro sobre os escravos nos anúncios dos jornais do século XIX, Gilberto Freyre (2015) observa que esses sujeitos eram retratados conforme a origem étnica, sexo, idade, corpo, humor, modo de andar, comportamento, vícios, roupas etc. Para Jaime Pinsky (2006), esses anúncios registrados pela imprensa em todo período oitocentista reafirmavam o caráter de propriedade dos escravos.

A recorrência nesse tipo de anúncio no jornal evidencia a fuga como uma das únicas possibilidades de resistência do negro perante o sistema que o cercava. Segundo Jaime Pinsky, a fuga tinha por objetivo a liberdade e cabia ao sistema impedi-la. De mais a mais, “o escravo não fugia apenas porque e quando era submetido a maus-tratos”, mas se rebelava também “contra sua condição de escravo” (PINSKY, 2006, p. 86-87). No *Estrella Mariannense*, os anúncios de fuga de escravos eram feitos da mesma forma que o periódico anunciava a busca por um cavalo desaparecido: como se aquele ser humano fosse um bem material, que poderia gerar recompensas a quem o encontrasse.

É possível afirmar, então, que havia ali uma objetificação e uma tentativa de controle daqueles corpos. Um exemplo é a edição 41, que data de 19 de fevereiro de 1831, onde está publicado um anúncio que informa que, em poder do juiz de Paz do presídio local, estavam dois moleques novos, fugidos, e que o juiz os enviaria para a cadeia de Mariana. Algumas semanas depois, na edição 43 (FIG. 8), publicada em 11 de março de 1831, o jornal anuncia que um escravo havia sido encontrado e estava na cadeia de Barbacena. Segundo o anúncio, essa pessoa afirmava ser propriedade do Bispo de São Paulo, embora estivesse em viagem com o sobrinho para o Rio de Janeiro. O escravo teria contado, ainda, que, ao sair à rua, alguém o teria pedido para carregar algumas cargas de peixe. Porém, ao chegar ao barco, teria sido amarrado por essa pessoa e levado a uma fazenda, onde foi vendido. O escravo tentou fugir desse senhor, mas foi apreendido e levado para essa cadeia de Barbacena. Além desse escravo, o anúncio informa que havia outro negro nessa cadeia, e que ainda não se sabia quem era o dono. A seção descreve as características físicas de ambos os negros abordados.

Figura 8 – *Estrella Mariannense*, nº 43, 11 de março de 1831.

ANNUNCIOS.

Acha se na Cadeia da Villa de Barbaena um cabra de nome Vicente; que tem de idade 25 annos, (pouco mais, ou menos): tem o rosto comprido, os olhos um tanto avermelhados, com bastante barba, nariz grosso falta de alguns dentes de cima da frente da boca, orelhas ordinarias, boa estatura, o corpo fornecido, e pés piquenos. Diz elle ser escravo do Bispo de S. Paulo, e que indo com seu Sobrinho de nome Joaquim ao Rio de Janeiro, e tendo estado ali por espaço de um mes, sahira á rua, e que enão um José Maria o convidára para passar algumas cargas de peixe, e que aceitando elle o convite, logo que chegou ao barco, não achou peixe algum; porem que foi logo amarrado pelo dito José Maria, e conduzido pelas sombras da noite a Fazenda do saçanhoso e scelerato Guimarães na Paraíba, ao qual foi vendido; e querendo fugir ao dominio deste maldado, foi apprehendido, e levado á dita Cadeia, onde sencha preso.

— Nesta mesma cadeia se acha á um anno um negro, que não sabe dizer quem seja seu senhor; alto, bem preto, ocellas um tanto finas, peito largo; tem dous dentes da frente abertos, cara um tanto achatada.

Fonte: *Estrella Mariannense*, 17 de janeiro de 1832, p. 3.

A partir de anúncios como esse, é possível notar que o controle social exercido pelo *Estrella* não se dava apenas nas notícias, cartas de leitores e atas das reuniões de Câmara. Esse controle também estava, de forma simbólica, na publicidade que dava voz aos donos de escravos para reclamarem as pessoas que consideravam suas propriedades.

É possível perceber, assim, como o *Estrella Mariannense* atuou como dispositivo normalizador na sociedade marianense de 1830 e como esse desejo do controle social é revelador do lugar reservado aos cidadãos negros nas páginas do jornal. Em geral, eles estão nas seções de polícia – e, não poucas vezes, na condição de culpados pela sensação de insegurança na cidade.

Entretanto, há que se considerar também a participação e influência que os escravos exerciam sobre a imprensa, não apenas como mercadorias e objetos ali expostos, mas como seres complexos, que também deixavam suas marcas. Segundo Marialva Barbosa (2010), a proximidade que muitos dos negros tinham com a rotina das casas de seus senhores ou da cidade, os trabalhos que alguns deles realizavam na via urbana – muitos eram pregoeiros e

vendedores de jornais – e até mesmo os indícios de que muitos sabiam ler ou que escutavam as notícias que ecoavam pelas ruas, praças e casas grandes, podem ter possibilitado aos negros algum conhecimento da maneira como os jornais se referiam a eles.

Suas marcas e feridas, que ficam expostas nas descrições dos anúncios que procuram pelos que reiteradamente se rebelam e fogem do cativo, estão contidas nesses periódicos, que se dividem com mais ou menos fervor em favor de sua causa. Nos jornais e revistas do período, aparecem sub-repticamente seus rostos e corpos. Massa amorfa, apresentada de maneira indiferenciada como coisa, os homens de cor, os pretos ou as “peças”, como chegam a ser referidos nos anúncios, vivem em cidades onde as múltiplas sociabilidades permitem misturas que, certamente, fazem com que tomem conhecimento do que aquelas publicações falam a seu respeito (BARBOSA, 2010, p. 80).

A relação entre a oralidade e a escrita marcava, então, os modos de interação dos escravos com a imprensa, conforme Marco Morel (2008). As leituras que pequenos grupos faziam em voz alta em diversos locais públicos relativizavam a divisão entre o universo das letras e das transmissões orais. O autor também reforça a possibilidade, mesmo que remota, de alfabetização daqueles que foram submetidos à escravidão. Porém, é importante notar que, conforme ressalta Kátia Mattoso (1982), em toda a época da escravidão no país, até mesmo a educação escolar do negro era totalmente proibida no Brasil. Nem mesmo os alforriados tinham direito de frequentar aulas.

Morel questiona então o estereótipo do escravo ignorante, sem acesso à imprensa e à cultura das letras. Para ele, mesmo que os escravos ainda não aparecessem como sujeitos com voz própria nos jornais, eles poderiam ser leitores diretos ou indiretos, capazes de receber, elaborar e retransmitir o conteúdo desses periódicos. Dessa forma, os jornais da época também eram influenciados, pois, como enfatiza Morel, não é razoável compreender a imprensa isolada da sociedade. Para ele, essa imprensa já influenciava e era influenciada por vozes diversas – “numa complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o espaço impresso” (MOREL, 2003, p. 103).

2.2.1 As contradições nas páginas do *Estrella*

Das 104 edições do *Estrella Mariannense* disponíveis na Hemeroteca Digital, 29 singularizam o negro – seja em função da cor da pele ou da condição de escravo. Desse universo, 20 publicações (68,96% desse total) se destacam pelo uso de vocábulos ou expressões racistas e reprodutoras de estereótipos e estigmas sociais.

Entretanto, é preciso atentar, nesse ponto, para a concepção dos jornais como obras culturais (GROTH, 2011) – embora se configurem, sobretudo, como dispositivos informativos (MOUILLAUD, 2012). Seja na primeira ou na segunda condição, os jornais são também portadores de contradições. Não é diferente com o *Estrella Mariannense*, que traz, em suas edições, uma série de contradições na forma de representar os negros naquele momento e lugar. Segundo Marco Morel (2008), essas contradições eram comuns nas páginas dos periódicos da época. Para ele, mesmo que a imprensa do século XIX fosse predominantemente escravocrata, as marcas da escravidão presentes nesses periódicos demonstravam que eles estavam situados em um campo de disputas e de muitos embates.

Um exemplo disso é a notícia publicada pelo *Estrella Mariannense* na edição nº 23, de 9 de outubro de 1830 (FIG. 9), onde o redator questiona a impunidade dos crimes na corte do império. Ele relata a invasão que um “magote de estrangeiros” (grupo de pessoas) fez a uma fazenda, onde espancou os negros do local e “até deitarão uma pistola aos peitos de uma senhora que vinha em socorro a seu marido”. Segundo ele, os estrangeiros diziam o seguinte: “Brasileiro mulato, quando Francez passa, Brasileiro tira chapeo quando Francez quer entrar Brasileiro não proibe”¹⁴ (...). Para o redator, eram necessárias ações do governo contra esses insultos e atentados.

¹⁴ ESTRELLA MARIANNENSE, nº 23, 9 de outubro de 1830.

Figura 9 – *Estrella Mariannense*, nº 23, 9 de outubro de 1830.



Fonte: *Estrella Mariannense*, 9 de outubro de 1830, p. 4.

Outro texto que também contradiz a maneira padrão como o *Estrella Mariannense* representava os negros é o veiculado na edição nº 53, de 21 de maio de 1831 (FIG. 10). Essa notícia relata a morte acidental de um homem, ocorrida em Piranga, quando um “pardo” entregou uma arma que considerava descarregada para um “preto” limpar. A arma teria disparado e matado o “pardo”. Para o redator, esse tipo de acontecimento era resultado de intrigas disseminadas sobre as pessoas que queriam escravizar a “gente de cor”. Ainda segundo ele, fatos como esse poderiam ajudar a convencer “nossos irmãos, de diferentes cores, que os seus maiores inimigos são esses malvados, que se aproveitam de sua simplicidade e boa fé, para os arrastar a tantos delírios”¹⁵.

¹⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, nº 53, 21 de maio de 1831.

Figura 10 – *Estrella Mariannense*, nº 53, 21 de maio de 1831.

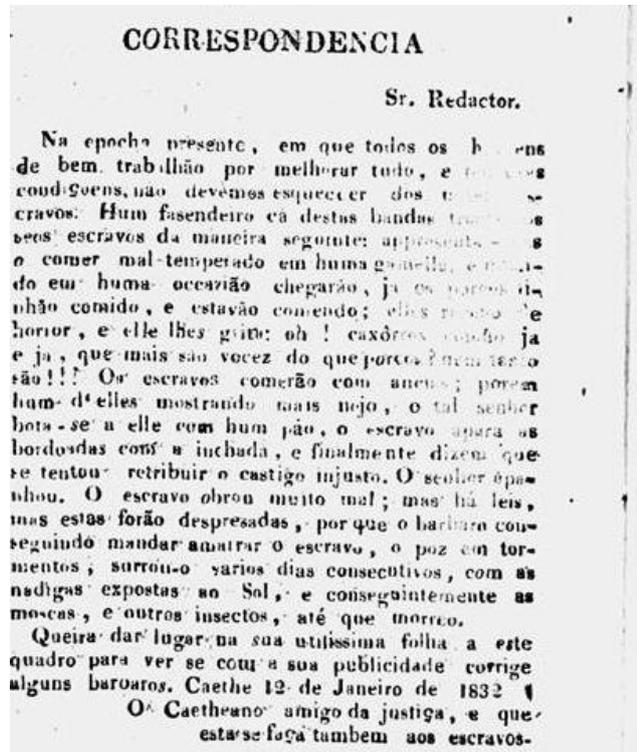
— Um certo pardo da Piranga, a quem os pés de chumbo havião persuadido, que os Liberaes pretendião captivar a gente de côr, preparou-se com uma espingarda, a qual julgando descarregada, entregou a um preto para a alimpar; mas a espingarda disparou, e matou ao pobre pardo! Eis aqui os tristes resultados da intriga urdida no Palacio Episcopal, e disseminada pelos C. M. Lima, Antonio José, e outros servis deste calibre!.. Possão estes, e outros factos convencer aos nossos irmãos de diferentes cores, que os seus maiores inimigos são esses malvados, que se aproveitão da sua simplicidade, e boa fé para os arrastar a tantos delirios, e despropositos. Quem foi a causa de uma morte tao tragica? Quem é a causa da orphandade daquella familia? Seguramente é esse *monstro*, que ainda vive no nosso Paiz, que se lembrou de indispor os Liberaes com a gen-

Fonte: *Estrella Mariannense*, 21 de maio de 1831, p. 3.

Também merece destaque a edição nº 102, de 9 de julho de 1832 (FIG. 11). Nela está a carta de um leitor de “Caethe” (Caeté), que pede melhor tratamento para os escravos. O autor da correspondência conta que um escravo, ao tentar reagir a um castigo injusto, foi amarrado e submetido a surras por dias seguidos, tendo ficado “com as nádegas expostas ao Sol, e conseguintemente as moscas e outros insectos, até que morreo”. Para ele, o escravo agiu mal, mas as leis não foram consideradas nesse caso. O leitor afirma ainda que a carta tem a intenção de corrigir alguns “baroaros” (atos desumanos, bárbaros). Por fim, assina como “Caethano amigo da Justiça”¹⁶.

¹⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, nº 102, 9 de julho de 1832.

Figura 11 – *Estrella Mariannense*, nº 102, 9 de julho de 1831.



Fonte: *Estrella Mariannense*, 24 de setembro de 1831, p. 4.

Então, essa carta, além de evidenciar o alcance do *Estrella Mariannense*, é importante por mostrar o papel do jornal como registro histórico. Ao tentar corrigir os senhores de escravos, o leitor condena a desumanização dos negros em três séculos de escravidão no Brasil. Apesar de falar principalmente para a elite marianense – que em sua maioria aprovava o instituto da escravidão –, o jornal evidencia um posicionamento específico em relação a esse caso, com a publicação dessa carta. Há aqui um sinal de que, a despeito de privilegiar o diálogo com as camadas mais favorecidas da população, o *Estrella* não ignorava todas as opiniões contrárias à sua linha editorial.

3 UM OLHAR SOBRE O SUJEITO NEGRO NO *ESTRELLA*: INVESTIGAÇÕES METODOLÓGICAS

Para realizar esta pesquisa, optou-se por percursos metodológicos específicos que, combinados, pudessem revelar as estratégias discursivas que constituem as narrativas do jornal *Estrella Mariannense*. Tem-se, portanto, a proposta de um estudo de caso que se constitui a partir do processo de reprodução de estereótipos e estigmas sociais¹⁷ nos espaços públicos e privados. A ideia, a partir dessa análise, é revelar alguns dos mecanismos que, na prática, tendem a contribuir para a manutenção das relações de desigualdades e concessão de privilégios já identificados pelos estudiosos da sociedade marianense do século XIX (ARAÚJO, 2004; GONÇALVES, 1998; FONSECA, 1998).

A utilização da metodologia de estudo de caso, com predomínio de abordagens qualitativas de pesquisa, foi importante para a formulação do problema, dos objetivos e das hipóteses que orientam esse trabalho. À escolha de um método indutivo – atravessado pela análise de elementos previamente presentes num objeto –, agrega-se a adoção de uma técnica de pesquisa recorrentemente empregadas no campo dos estudos da Comunicação e do Jornalismo: a análise de conteúdo ancorada ao exame de certos enquadramentos.

A partir desse percurso metodológico, propõe-se uma reflexão sobre as maneiras como essas situações e relações desiguais são, tantas vezes, perpetuadas não apenas pela população, mas também pelos meios de comunicação de grandes e pequenas cidades do mundo. Compreender a maneira como esse processo se faz presente no discurso do primeiro periódico de Mariana é uma das propostas desse estudo – e é nesse sentido que a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2009) permite a sistematização desse exame. A obra da autora é referência metodológica em campos diversos, da psicologia à sociologia, passando pela linguística e também pelos estudos de comunicação de massa. A técnica se constitui de três etapas básicas: a primeira fase é uma pré-análise em que o pesquisador define os documentos a serem examinados, formulando hipóteses capazes de oferecer indicadores, isto é, alguns caminhos para o percurso pretendido. Em seguida, dá-se o que a autora chamará de

¹⁷ Os estigmas sociais são aqui compreendidos a partir da concepção de Goffman (2008), para quem o estigma é elemento transformador do sujeito em alguém diferente ou inferior quando comparado aos demais.

exploração do material, momento em que o investigador voltará sua atenção para o material selecionado.

A terceira e última fase é o resultado desse exame, a partir de uma interpretação desse material, que possibilita a verificação da frequência com que determinados vocábulos ou expressões se fazem presentes na narrativa. Assim é que, na investigação aqui proposta, um longo período de pré-análise possibilitou a seleção, entre todas as edições disponíveis do *Estrella Mariannense*, daquelas que pareceram mais adequadas ao estudo proposto – e que são o foco dessa pesquisa.

Importante ressaltar, nesse ponto, que há um discurso social que perpassa a cidade de Mariana. Esse discurso é propagado por grupos tradicionais, que compõem uma hegemonia política-social-religiosa na cidade. Geralmente, esses grupos tradicionais se posicionam contra os grupos migrados de zonas rurais, pobres e moradores das periferias locais, como afirma Souza Júnior (2005). Tais discursos estão ora evidenciados, ora subentendidos nos jornais, em especial no *Estrella Mariannense*. O imaginário social do tempo e do lugar em que o *Estrella* se insere reflete-se nas páginas do periódico na medida em que ele evidencia discursos preconceituosos com relação a pessoas pobres, negras, doentes e criminosas. Contudo, ainda na fase de pré-análise, observou-se que a questão racial se destaca no conjunto selecionado de edições publicadas pelo jornal. Por esse motivo, essa pesquisa priorizou as notícias e anúncios relacionados às pessoas negras.

Atualmente, o site da Biblioteca Nacional Digital disponibiliza, em seu acervo digitalizado, as 104 edições do *Estrella* já referenciadas nesse estudo. Na verdade, o jornal publicou 120 edições, mas 13 foram perdidas ou mutiladas. Após a leitura de todos os exemplares disponibilizados, verificou-se, como já mencionado na seção 2.2.1, que 29 edições singularizam o negro – às vezes em função da cor da pele, às vezes em função de sua condição de escravo. Desse universo, 20 publicações (68,9% do total) se destacam pelo uso de vocábulos ou expressões racistas e reprodutoras de estigmas sociais, seja no formato de notícias, editais, atas, cartas ou anúncios.

São três edições publicadas em 1830, doze edições de 1831 e cinco edições de 1832, como mostra a Tabela 1 (APÊNDICE A). Na Tabela 2 (APÊNDICE A), é possível verificar que dez edições apresentam anúncios de escravos encontrados ou fugidos, sete edições apresentam notícias, três edições trazem cartas dos leitores, uma publicação traz uma ata da reunião de Câmara dos Vereadores e outra traz um edital também da Câmara. Os temas debatidos nas edições analisadas nessa pesquisa variam entre as que tratam de anúncios de fuga de escravos (10 edições), as que abordam a segurança pública (9 edições), aquelas que

discutem a escravidão (4 edições), e aquela – apenas uma – que aborda questões relacionadas aos direitos sociais. Há, ainda, outra edição ancorada na questão dos serviços públicos, conforme a Tabela 3 (APÊNDICE A).

3.1 As edições do preconceito

Com as edições definidas conforme a manifestação de preconceito, racismo e reprodução de estigmas sociais por meio de certas narrativas, desenvolveu-se um segundo recurso metodológico para a análise do material. A ideia, nessa etapa, é entender e revelar a maneira como determinadas construções e elementos da narrativa possibilitam a verificação dos preconceitos identificados – mas não necessariamente pela frequência com que cada palavra ou expressão destacada aparece, como propõe a análise de conteúdo, nem apenas pelo exame de construções de cunho ideológico, como propõe a análise do discurso. O percurso metodológico aqui proposto se dá a partir de um mapeamento do preconceito na narrativa do jornal – ancorado em exercícios de contextualização social e exame de enquadramentos jornalísticos – nas edições analisadas.

Também foram consideradas, nesse contexto, as intenções manifestadas pelo *Estrella*, que, desde o início de suas atividades, demonstrou interesse na discussão de alguns temas políticos com a elite da região. Outro fator relevante aqui ponderado foi o difícil processo de desenvolvimento de Mariana, que exigiu de seus habitantes o enfrentamento à fome, à queda da renda e do trabalho, que se tornaram escassos em vários momentos de sua história, como se viu nos capítulos anteriores.

Nesse exercício, é importante ressaltar o que se entende aqui por contextualização e por enquadramento. A ideia de contextualização considera a noção trabalhada por Antonio Roazzi (1987), para quem o contexto pode ser compreendido como a estrutura de referências adotadas pelo indivíduo ao organizar e interpretar suas experiências. Assim, o termo é concebido a partir de duas abordagens distintas na psicologia: a primeira define a maneira como contextos diferentes podem gerar comportamentos diversos nos mesmos indivíduos. Já a segunda considera a forma como o sujeito percebe o ambiente socialmente determinado. Essas duas abordagens tentam compreender, assim, a importância atribuída ao meio para a formação dos comportamentos (ROAZZI, 1987).

Quanto à noção de enquadramento, é importante ressaltar que ela é tomada aqui como resultado de certas discussões desenvolvidas nos campos da Sociologia, e também da Política

e da Comunicação. A ideia, nessa pesquisa, é examinar a maneira como os discursos emolduram sentidos, criando contextos e conduzindo o público na direção de determinadas interpretações, como observam Ricardo Fabrino Mendonça e Paula Guimarães Simões (2012). É através do enquadramento, afirmam os autores, que se torna possível a identificação das regras e das instruções que orientam determinadas situações e sujeitos que estão envolvidos nela.

Para a exploração do conceito de enquadramento nas pesquisas empíricas, Mendonça e Simões (2012) estabelecem três categorias: a análise da situação interativa, que a partir do conceito de enquadramento realiza uma microanálise de interações sociais; a análise do conteúdo discursivo, que se interessa pela noção de enquadramento na análise de enunciados e discursos, a fim de perceber como a realidade é enquadrada por eles e, por fim, a análise de efeito estratégico que adota esse conceito como um ângulo discursivo, utilizado de forma estratégica por determinados atores sociais, a fim de alcançar certos efeitos. Nessa pesquisa, a opção adotada como recurso metodológico foi a análise do conteúdo discursivo.

A escolha por esse tipo de apropriação do conceito de enquadramento se dá pela sua determinação em “compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193). Esse tipo de análise pretende refletir ainda sobre como o conteúdo discursivo é capaz de criar um contexto de sentido, que aponta determinados caminhos interpretativos para o interlocutor. A análise de conteúdo discursivo busca pelas molduras de sentido presentes nos conteúdos dos discursos que permitem a compreensão de certa interpretação, ao invés de outras, de acordo com os estudiosos.

Assim é que a concepção de enquadramento, nas análises aqui desenvolvidas, emerge estreitamente ligada aos estudos das interações sociais – aquelas que, presentes nos quadros de sentido, moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos. Essa noção diz respeito, em especial, aos marcos interpretativos construídos socialmente, como observa Goffman (1974), mas, sobretudo, à ideia de enquadramentos na mídia como forma de organizar o mundo, tal qual propunha Todd Gitlin (1980). Há que se considerar ainda, nessa perspectiva das ciências sociais, os mecanismos de seleção e saliência¹⁸ de alguns aspectos da realidade –

¹⁸ Os mecanismos de seleção e saliência integram o conceito de enquadramento proposto por Robert Entman. Embora o conceito tenha emergido no século XX, tais processos – seleção e saliência – revelaram-se, no campo dos estudos da Comunicação, importantes elementos para as análises de enquadramento de narrativas jornalísticas do presente e do passado. A perspectiva revelou-se especialmente pertinente para o exame e para a análise das edições do *Estrella Mariannense*.

o que, na prática, permite que se conduza o público rumo a certas interpretações, como já observava Robert Entman no final do século XX (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

A partir dessas perspectivas, foram criados quadros de análise, conforme se verá adiante, de maneira a concretizar o exercício de mapeamento dos preconceitos sociais presentes no âmbito midiático. A intenção é visualizar os principais elementos presentes nas narrativas examinadas e entender como a representação dos negros é construída no *Estrella Mariannense*. O conceito de representação aqui utilizado é aquele proposto por Stuart Hall (1997), para quem ela reflete a produção de significado através da língua e da linguagem. Segundo Hall, a leitura e interpretação das formas concretas assumidas pelo significado é o que permite a análise da representação a partir dos sinais, símbolos, figuras, narrativas, imagens, palavras e sons. Assim, é importante compreender os significados produzidos pelo *Estrella Mariannense* nesse exercício de representação dos negros.

Deste modo, os quadros evidenciam a maneira como os discursos racistas das elites são absorvidos e perpetuados pela imprensa, reforçando estereótipos e estigmas sociais sobre os negros. A análise possibilita, por exemplo, a observação da repetição de determinados termos e expressões, e também das posições assumidas pelo redator do jornal (e por alguns dos leitores que escreviam cartas ao periódico) em defesa de ações claramente fundadas no preconceito.

A articulação de diferentes procedimentos metodológicos visa à identificação das estratégias narrativas utilizadas pelo *Estrella*. Assim, pretende-se evitar inferências precipitadas sobre a narrativa do jornal e assegurar uma seleção rigorosa, com tratamento e interpretação cuidadosa dos dados oferecidos pelo objeto. Dessa forma, é possível revelar não apenas o poder dos jornais marianenses na constituição do pensamento hegemônico da cidade, mas também o poder da sociedade local na constituição do periódico aqui analisado e de seu modo de narrar.

3.2 Edições em análise

Os quadros analíticos trabalhados nesse estudo foram especialmente desenhados para permitir uma leitura dirigida do objeto, conforme as categorias de investigação predefinidas. Eles foram constituídos a partir de um exame minucioso das edições do *Estrella Mariannense* e da demarcação das fases que compõem todo o período de existência do jornal, que durou quase três anos. Assim, foram elaborados, no total, três quadros que têm, por objetivo,

trabalhar a compreensão dos elementos que constituem a narrativa do *Estrella*, tanto no que se refere às notícias, quanto no que diz respeito aos anúncios de escravos fugidos ou encontrados. Essa análise se dá a partir das 20 edições examinadas.

Dessa forma, os quadros 1, 2 e 3 (APÊNDICE B) apresentam, em suas colunas, todos os elementos considerados relevantes para a discussão aqui proposta. Em primeiro lugar, foram registradas as datas e os números das edições constituídas de discursos estigmatizantes em relação à população negra da região. Em seguida, há uma descrição do conteúdo, o que permite a observação de como se conformam os conteúdos atravessados pelo preconceito e pela construção de estigmas – seja nas notícias do cotidiano, seja nas atas das reuniões da Câmara, assim como nas cartas dos leitores ao jornal e também nos editoriais e outras colunas de opinião produzidas pelo próprio redator. Nos assuntos abordados, a ideia é identificar os temas que servem às narrativas preconceituosas e que se fazem mais presentes e constantes.

A coluna dos anúncios seleciona as edições onde são publicados anúncios de fuga de escravos e de escravos desaparecidos. Esse espaço oferece dados importantes para a análise, já que, nos anúncios, é possível perceber mais claramente a representação dos escravos trabalhada pelo jornal, conforme se verá adiante. Já a coluna “representações de negros” revela a forma como certas descrições aparecem nas páginas. Por sua vez, a coluna “palavras que denotam preconceitos, racismo e estigmas” apresenta termos específicos utilizados nas narrativas do *Estrella* para representar determinados sujeitos. Nesse exercício metodológico, a noção de estigma é aquela articulada por Erving Goffman (2008), para quem o termo é sempre uma referência a um atributo profundamente depreciativo.

Em cada edição, os elementos analisados constituem conjuntos de notícias, atas, cartas e anúncios. A notícia é tomada aqui como todo conteúdo constituído de informações referentes a acontecimentos relatados, sempre ancorados nas noções de atualidade e universalidade sublinhadas por Otto Groth (2011). Dessa perspectiva, portanto, a atualidade configura os conteúdos que são presentes naquele momento, que são novos – ao passo que a universalidade dá conta de tudo que diz respeito ao homem, tudo que se passa no seu universo e que, idealmente, é objeto da mediação da qual o jornal se ocupa.

No *Estrella Mariannense*, as notícias de Mariana e região eram publicadas nas páginas 2 e 3 sob o título de “Mariana”. Já as notícias das demais localidades nas páginas 3 e 4, sob o título “Exterior”. As atas, documentos veiculados pelo *Estrella* referentes a reuniões da Câmara de Vereadores de Mariana, também eram geralmente publicadas nas páginas 2 e 3. Já os anúncios, veiculados no jornal sob o título de “Annuncio”, continham, entre outros assuntos de cunho mercantil, várias informações sobre escravos fugidos ou encontrados.

A partir dos quadros, é possível notar aquilo que é ou não recorrente na narrativa do jornal ao representar os negros. Os quadros também ajudam na observação da construção da narrativa pelo *Estrella* ao evidenciar as principais estratégias utilizadas por esse periódico nessa construção. Assim, busca-se responder à questão inicial desse trabalho: que elementos da narrativa do jornal *Estrella Mariannense*, refletem, em Mariana, a reprodução de estereótipos e estigmas sociais contra os negros?

3.3 O objeto revelado: singularidades identificadas nas edições

O critério utilizado para definir a seleção das amostras para a análise foi a manifestação de discursos que apresentavam preconceito, racismo e estigmas com relação aos negros na cidade, conforme já se mencionou aqui. Uma leitura atenta das edições do *Estrella Mariannense* revela o uso de determinados termos e certas formas de narrar que tornam mais perceptível a presença desses elementos nos discursos produzidos pelo jornal. Por isso, foram eleitas para essa pesquisa as edições em que as categorias definidas nos quadros analíticos aparecem de forma mais contundente, tendo como alvos específicos as pessoas negras. Significa dizer que, embora o jornal apresente preconceitos variados (por vezes velados) em alguns momentos, nem todos os conteúdos (que revelam esses momentos) foram contemplados. Optou-se por priorizar, aqui, as edições onde é possível identificar fortes elementos que marginalizavam, culpavam e objetificavam esses sujeitos.

Dentre as edições definidas para a análise, a primeira delas é a de nº 13, publicada no dia 31 de julho de 1830. Na página quatro dessa edição, é veiculada a carta de um leitor que pede reforço na segurança pública para combater o “negro azar da cidade” e que defende punição aos criminosos. Nessa mesma página, na seção de anúncios, o redator agradece aos assinantes do *Estrella* por suas assinaturas no primeiro trimestre de publicação do jornal e, em seguida, divulga o primeiro anúncio de fuga de um escravo desde o início da impressão do periódico na cidade. Esse tipo de conteúdo publicitário se mostrou comum nas edições seguintes.

A edição de nº 14, de 7 de agosto de 1830, publica ata da reunião da Câmara dos Vereadores que expõe as ações de um morador de Mariana acusado de manter uma casa de jogos em seu estabelecimento comercial (uma “venda”), de seduzir escravos e comprar deles

itens roubados. O documento aponta que esse morador já havia assinado um termo¹⁹ – que não é especificado na ata, mas que esses atentados ainda continuavam e que, por isso, seriam necessárias outras providências. Ainda segundo o registro, resolveu-se que um fiscal fecharia a venda. O presidente da Câmara pediu ao Juiz de Paz a prisão de todos os “doidos e furiosos” que apareciam na cidade. Embora a ata não especifique quem seriam os “doidos e furiosos”, existe a possibilidade de esses sujeitos não serem negros, pois, se o fossem, provavelmente estariam em destaque na ata. Nessa publicação, os escravos são, assim, representados como ladrões que deveriam ser vigiados.

Na edição de nº 38, publicada no dia 28 de janeiro de 1831, o *Estrella Mariannense* veicula a carta de um leitor que diz que os soldados militares eram tratados como escravos, mas que, devido a uma representação do Conselho Geral, essas barbaridades teriam fim e eles seriam elevados à condição de cidadãos. Era normal que os negros escravizados se sujeitassem aos serviços domésticos e que apanhassem até seu sangue banhar a terra, como afirma a carta. Porém, o mesmo tratamento não poderia ser dado aos militares. Segundo a carta, os soldados deveriam ser tratados como cidadãos brasileiros.

Essa edição também traz o anúncio de um “moleque novo”, expressão geralmente utilizada quando se tratava de garotos negros (SCHWARCZ, 1987). O anúncio conta que o personagem, que sequer sabia falar, havia aparecido em uma fazenda numa freguesia de Mariana e que, pelos sinais que apresentava, poderia ser “de alguma lavra”. O “seu senhor” poderia então se dirigir até a fazenda para buscá-lo, conforme o anúncio. Outro anúncio relacionado à fuga de escravos é publicado na edição nº 50, de 30 de abril de 1831. Nesse anúncio, é divulgada a fuga de três escravos de Guarapiranga e é oferecida uma recompensa a quem encontrasse e levasse esses escravos até o seu senhor. Os escravos são assim descritos: “João de nação Benguella, estatura ordinária, grosso de corpo, e pernas muito grossas, com feridas na barriga de uma das pernas (...)”; “Caetano de Nação Moçambique, estatura ordinária, sinal na testa, delgado de corpo e pernas, cor preta (...)”²⁰.

Em 25 de junho de 1831, o *Estrella Mariannense* publica sua edição de nº 62. Nela, o redator questiona a desorganização na entrega de cartas por parte do Correio. Ele critica o fato de as malas de cartas serem levadas por “pretos captivos” e argumenta que eles cometiam faltas “irremediáveis”. Para o redator, o ideal seria que o serviço fosse cumprido por soldados que poderiam se responsabilizar pelas faltas e omissões que porventura acontecessem.

¹⁹ O jornal não especifica que termo seria esse, diz apenas que o morador teria assinado ele.

²⁰ ESTRELLA MARIANNENSE, nº 50, 30 de abril de 1831.

Na edição nº 69 publicada em 24 de setembro de 1831, o *Estrella* apresenta o anúncio da fuga de um escravo pardo, com oferta de recompensas àqueles que o encontrassem. A relevância desse recorte está exatamente na comprovação de que, naquela época, a escravidão também atingia os pardos. A narrativa traz elementos similares aos anúncios dos escravos negros, conforme mostra o Quadro 2 (APÊNDICE B).

Já a edição nº 80, de 6 de dezembro de 1831, traz a notícia de que o Juiz de Paz da cidade teria iniciado rondas policiais nos domingos e dias santos. O redator afirma ter presenciado uma ronda que desarmou os pretos de porretes e faca. Apesar de comemorar o início dessa ronda, o redator sugere que seria melhor que o juiz espalhasse os oficiais pelas ruas da cidade para cumprir o seu trabalho. A edição seguinte, nº 81, de 17 de dezembro de 1831, publica um anúncio de um escravo “moleque” de nação Caçange (grupo étnico da Angola) que se encontrava na cadeia de Mariana. Na sequência dessas publicações, a edição nº 82, com data ilegível, apresenta uma notícia de que os negros pertencentes a um reverendo da cidade teriam assassinado um “pacífico” pai de família. Segundo o redator, eles foram vendidos e não foram penalizados pelos seus crimes. Na notícia, critica-se ainda outros crimes que ficaram impunes na cidade. Contudo, não se especifica quem seriam os assassinos. O redator defende que os criminosos sejam punidos, pois, para ele, as leis existentes nunca eram cumpridas.

Por fim, os três últimos anúncios analisados nesse estudo²¹ são aqueles publicados nas edições nº 92, nº 98 e nº 100. A edição nº 92 foi publicada em 3 de março de 1832 e anuncia a fuga de um escravo que pertencia a um tenente. É oferecido um pagamento aos capitães do mato, caso o encontrassem. Na edição nº 98, de 28 de abril de 1832, um anúncio divulga que dois escravos encontrados estavam na cadeia da cidade. No mesmo espaço onde esse anúncio é veiculado, há também o anúncio de um morador que vendia drogas medicinais e um anúncio da venda de uma casa. A edição nº 100, veiculada em 27 de maio de 1832, traz um anúncio de fuga de um escravo pardo, de nome Fernando, que pertencia a um tenente de Sabará.

²¹ As demais edições analisadas nessa pesquisa são aquelas apresentadas no capítulo 2, na seção 2.2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dilemas sociais, urbanos, políticos, econômicos e históricos que se fazem presentes em Mariana podem ser sentidos na pele por aqueles que vivem o cotidiano da cidade. A vivência nos diferentes espaços da primaz de Minas revela as desigualdades sociais, raciais e econômicas que afetam os moradores. Para além do centro histórico e das igrejas monumentais, há outras Marianas que se formam por bairros como Cabanas, Santa Clara, Vale Verde, Cartuxa, São Cristóvão, Prainha, dentre outros. A população desses espaços enfrenta a falta de estrutura urbanística, a falta de acesso a bens materiais, artísticos e culturais e a escassez de políticas públicas sociais e econômicas.

Em meio a todas essas questões, a cidade viveu em 5 de novembro de 2015 o que é considerado o maior desastre ambiental do país: o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco, que é controlada pelas empresas multinacionais Vale e BHP Billiton. A tragédia custou a vida de 19 pessoas e deixou centenas de desabrigados. Bento Rodrigues, distrito de Mariana, foi destruído pela lama, que também passou por outros distritos da cidade como Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu e Pedras. Os rejeitos percorreram o Rio Doce e chegaram até o Espírito Santo.

O silêncio da imprensa marianense sobre essas problemáticas é perceptível na cidade. Atualmente constituída de jornais como o *Ponto Final*, *Panfletu's*, *O Liberal*, *O Espeto* e também por algumas emissoras de rádio, tais como a *Rádio Mariana* e a *Rádio Hits*, essa imprensa não parece ter como objetivo a discussão desses e outros temas. De forma geral, os principais jornais e rádios de Mariana apresentam notícias produzidas por assessorias de comunicação dos órgãos públicos da cidade como grande parte do seu conteúdo informativo.

Foram esses os principais incômodos que nortearam os rumos iniciais dessa pesquisa. Para além de apenas olhar para um dos primeiros periódicos de Mariana, havia também o interesse em saber como esse jornal tratava as questões da cidade naquele momento e como a narrativa dele poderia ou não iluminar questões que atualmente continuam em evidência nesse lugar. Por isso, refletir sobre a função social do jornal, a partir do *Estrella Mariannense*, fez-se necessário e possibilitou um olhar renovado sobre os ideais modernos do jornalismo e sobre o papel social – e também político – dos primeiros jornais brasileiros.

Também a relação entre o jornalismo e os estigmas sociais mostrou como o jornal e a prática do jornalismo podem contribuir para a reprodução de determinados estereótipos, preconceitos e estigmas já presentes na sociedade. No caso do *Estrella Mariannense*, esse

trabalho mostrou como as questões próprias do lugar e do tempo desse jornal estavam contidas na narrativa que ele apresentava sobre a cidade e sobre as pessoas que ali viviam. Através dos artigos, cartas e leis publicadas por esse periódico também é possível identificar como as elites tentavam controlar o meio social.

A partir disso, o exame das narrativas que marcam o jornal *Estrella Mariannense* evidencia que o jornal exercia efetivamente o papel de formador de opinião na cidade de Mariana. Mostra também que o público leitor, já no século XIX, assumia postura atuante no processo comunicacional, além de atribuir finalidades específicas à atividade jornalística.

Além de estimular a interação com o leitor, o jornal atuava fortemente no cotidiano local – até porque o redator responsável tomava para si a função de “redator público”, como ele próprio reforça em alguns momentos. Para cumprir essa função, o periódico se posicionava em relação a temas considerados importantes para a sociedade – e por isso mesmo possuía uma forma muito particular de representar os negros. A partir dos quadros de análise, é possível considerar que, ao buscar a ordem social, o *Estrella* os responsabilizava pela insegurança social. Os negros eram aqueles que deveriam ser vigiados e punidos.

O periódico cumpre, então, uma função normalizadora a partir do imaginário das elites sobre o indivíduo negro. Não raras vezes, as cartas, atas e notícias publicadas reivindicam do Estado e da Justiça a manutenção da ordem – o que inclui cuidar para que os negros, na condição de sujeitos desviantes, sejam controlados e, se necessário, punidos. O importante, nas narrativas analisadas, é assegurar mais segurança às classes mais abastadas, constituídas de pessoas brancas, ricas e saudáveis. Por isso alguns termos e expressões são especialmente valorizados, tais como *tranquilidade*, *sossego público*, *ordem*, *rigor da lei*, *moral pública*, *vigilância*, *impunidade*, *desordem* dentre outras. Por essa mesma razão, defendia-se também punição severa aos desviantes.

Os elementos identificados na narrativa do jornal mostram os significados e tipos de interpretação adotados pelo jornal para representar os negros. O periódico produz e reproduz certos sentidos sobre essas pessoas nessas edições (HALL, 1997). Assim, as 20 edições analisadas nessa pesquisa formam um conjunto que revela, em cada publicação, os elementos utilizados pelo *Estrella Mariannense* na representação de negros. Nos diversos tipos de conteúdo que integram a narrativa do jornal nessas edições, há diferentes elementos que as perpassam. A preocupação e o cuidado com a moral e a segurança pública é um dos principais elementos identificados nessas páginas. O jornal apresenta, então, um clamor pela ordem, pela polícia e pela punição aos crimes que aconteciam naquele momento. Esse clamor é observado

nas cartas dos leitores, nas atas e leis da Câmara de Vereadores e também nas notícias apresentadas pelo redator do jornal.

A ligação entre a cor da pele e a periculosidade é facilmente percebida nessas edições. Os negros são constantemente relacionados aos crimes de assassinatos, roubos, desordens e motins, dentre outros. Os grupos de negros que ocupavam as ruas, tanto nos jogos de capoeira (e nos jogos de baralho), quanto nas revoltas, também são criticados recorrentemente pelo *Estrella*. Expressões como: “grupos de negros armados”; “negros com armas e porretes”, “criminosos” são comuns na narrativa do jornal sobre a segurança pública na cidade em 1830. As queixas sobre a impunidade dos crimes e a reivindicação por mais policiamento e justiça também ajudam a construir a ideia do que era esperado pelo jornal e alguns de seus leitores.

Ainda que o periódico publicasse também notícias, artigos e cartas de leitores sobre os demais crimes e desordens acontecidos naquela região, as edições analisadas nessa pesquisa demonstram um destaque dado àquilo que, naquele período, é compreendido como o “protagonismo” do negro escravizado – especialmente quando ele era considerado o culpado (SCHWARCZ, 1987). Nas páginas que acusam os crimes cometidos por negros, geralmente está inserida a informação de que o criminoso era “preto”, “forro”, “captivo” e “escravo”.

As narrativas do *Estrella* não dizem apenas da época em que esses textos eram produzidos – ou das pessoas envolvidas no processo de construção desses textos –, mas também de um imaginário local (por vezes nacional) que prezava as práticas de controle social. Nos anúncios de escravos fugidos ou encontrados, por exemplo, o *Estrella Mariannense* revela estratégias discursivas centradas na objetificação dos corpos negros – o que ilustra a maneira como esse segmento social era tratado. As pessoas escravizadas eram anunciadas no jornal como mercadorias pertencentes a algum proprietário, sem o direito de ir e vir.

Sob esse aspecto, a apropriação e objetificação dos negros é outro elemento que integra as edições analisadas, em especial as que veiculam anúncios de escravos fugidos ou encontrados. A descrição física dos negros escravizados, a recorrente oferta de recompensas e a localização dessa narrativa na página do jornal (geralmente junto a outros anúncios de vendas de casas, de fazendas e de cavalos fugidos) demonstram a tentativa de “controle”, por parte do periódico, sobre essas pessoas – embora também revele, por outro lado, uma possível forma de resistência política dos negros naquele momento.

A preocupação e o cuidado com a moral e a segurança pública, assim como a apropriação e objetificação dos escravos – elementos que perpassam as 20 edições do *Estrella*

Mariannense analisadas nesse trabalho – dizem muito de um tipo de representação dos negros. O jornal criminalizava, desumanizava e tentava controlar essas pessoas. Essas edições evidenciam mecanismos políticos, jurídicos, históricos, econômicos e sociais que autorizavam e embasavam a narrativa do jornal, tornando possível a estigmatização e a reprodução de estereótipos sociais utilizados pelo jornal nesses processos de representação.

A narrativa do jornal *Estrella Mariannense* foi construída a partir de regras bastante próprias. Essas regras diziam sobre a função do jornal e do redator, sobre a dinâmica urbana e social eleita para ser mantida em Mariana, sobre os contextos históricos vigentes em 1830 e sobre os discursos vigentes até então. Assim é que, mesmo com suas contradições e complexidades, as narrativas que imperam nas páginas do *Estrella* ocupam o lugar do preconceito, da estigmatização – salvo algumas exceções por vezes presentes nas páginas.

O primeiro jornal da cidade de Mariana revela mais que os discursos que atravessam os três séculos de escravidão no país. Revela também o pensamento de uma elite que, ainda hoje, prefere reservar aos negros os lugares marginais. Disso decorre a criminalização desses sujeitos, a reprodução de expressões que denotam estigmas e racismo e a objetificação dos corpos negros. Nesse sentido, o *Estrella Mariannense* figura como importante instrumento de poder no processo de perpetuação de estereótipos e estigmas sociais presentes na cidade.

Muitas indagações permanecem. Qual é a função social do jornalismo ainda praticado nas pequenas cidades, especialmente quando a realidade é atravessada por diferentes interesses políticos, econômicos e sociais (e especialmente no caso de Mariana, ambientais)? Em que medida a imprensa local é, hoje, capaz de repercutir estigmas e estereótipos tão próprios do *Estrella Mariannense*? Como a imprensa local pode efetivamente intervir nas questões sociais observadas em determinados lugares?

A narrativa do jornal *Estrella Mariannense* revela fragmentos de algumas interpretações possíveis sobre o tempo, o lugar e os sujeitos da cidade. Ela ilumina certas questões do passado que ajudam a repensar o jornal como obra e a cidade como espaço público a ser cada vez mais ocupado – e também como lugar em que as relações sociais se impõem, desafiando os sujeitos todo o tempo. É assim que, ao relatar os acontecimentos locais em 1830, o *Estrella* aponta para o hoje e permite um vislumbre sobre como as cidades e seus cidadãos podem construir uma nova ordem social, mais justa e igualitária, especialmente em tempos marcados por ódios entrecruzados. Rever a função social do jornal, as possibilidades da cidade, dos sujeitos e de suas trajetórias são algumas das perspectivas possíveis a partir dos debates aqui propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Raphael Rocha de. **Imprensa e patriotismo nos primórdios do império: Minas Gerais (1823-1831)**. 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=148368>. Acesso em 31 de out. de 2017.

ANDRADE, Cristiana Viegas de. **Domicílios mineiros oitocentistas: uma aplicação do método 'Grade of Membership' (GoM)**. 2001. 95 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2001.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Poder local e herança colonial em Mariana: faces da revolta do “Ano da Fumaça”. In.: **Termo de Mariana: história e documentação** (volume II). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: Ed. da Ufop, 1998, p. 127-135.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp: 1982. 464 p.

ARAÚJO, Maria Marta. Impressores, editores e correspondentes: as origens da imprensa periódica em Minas Gerais. **Revista UFG**, v. 10, n. 5, dez, 2008, p. 37-40. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48207/23562>> Acesso em 06 de nov. 2017.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. Uma cidade em cena: folganças carnavalescas na Mariana do século XIX. In.: **Termo de Mariana: história e documentação** (volume II). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: Ed. da Ufop, p. 93-102, 2004, p. 93-102.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267 p.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 264 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009. 280 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 148 p.

BECKER, Howard S. Outsiders. In.: **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 15-30.

BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In.: BORGES, Rosane da Silva; BORGES, Roberto Carlos da Silva (orgs.). **Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates**. Coordenação: Tânia Maria Pedroso Müller. Petrópolis, RJ: DP et Alii. Brasília, DF: ABPN, 2012, p. 178-203.

BOTELHO, Tarcísio R. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

BOVO, Luís Sartorelli. **Mariana: berço de varões ilustres**. Coleção Evocando fatos e homens. Vol. 2. São Paulo. (SE). 1976. 397 p.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 432 p.

CAMPOS, Eduardo. **Histórias e causos da pensão de Dona Ritinha**. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2015. 33 p.

CANCLINI, Nestor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, 2002, p. 40-53.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. Imprensa e opinião pública no Brasil: uma retrospectiva histórica. In.: LIMA, Venício A., GUIMARÃES, Juarez, AMORIM, Ana Paula (orgs.). **Em defesa de uma opinião pública: conceitos, entraves e desafios**. São Paulo: Paulus, 2014, p. 89-133.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal. Mariana comemora 150 anos de uma imprensa atuante. **Minas Gerais**. (Suplemento Literário) – Número Especial Mariana Cidade de Minas. nº 719 e 720. 12 e 19/jul/1980, p.14-15.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 256 p.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. 282 p.

COSTELLA, Antonio F. Antecedentes históricos do jornal impresso. In: COSTELLA, Antonio F. **Comunicação do grito ao satélite**. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 2002, p. 13 - 22.

CUNHA, Thainá Teixeira. **Estrela Mariannense**: ensaios da mídia impressa na primeira capital de Minas. 2014. 57 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Primeiras luzes nas letras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XLIV, nº 01, janeiro a junho de 2008, p. 56-71. Disponível em: < http://www.cultura.mg.gov.br/files/Arquivo_publico/rapm6.pdf>. Acesso em 08 de ago. 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Introdução: Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In.: **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 19-50.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Mariana**: gênese e transformação de uma paisagem cultural. 1995. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1995.

_____. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: POLITO, Ronald; LIMA, José Arnaldo C. de Aguiar. (Orgs). **Termo de Mariana**: história e documentação. Departamento de História. ICHS-UFOP, 1998, p. 27-66.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008. 158 p.

_____. As unidades do discurso. In.: FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 23-35.

_____. **Ordem do discurso**. Edições Loyola, 2009. 79 p.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 291 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51º ed.rev. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015. 248 p.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left.** Berkeley: University of California Press, 1980. 327 p.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Legislação e condição social de escravos e libertos na sociedade mineira. In.: **Termo de Mariana: história e documentação (volume II).** Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: Ed. da Ufop, 1998, p. 218-220.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 158 p.

_____. **Frame analysis: An essay on the organization of experience.** Cambridge, MA, US: Harvard University Press, 1974. 600 p.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais.** Petrópolis: Vozes, 2011. 464 p.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation.** Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997, p. 15-69.

INÁCIO, Alice Meira. **Práticas discursivas e práticas sociais nas Minas oitocentistas: um estudo de anúncios publicitários e da memória sociodiscursiva de Ouro Preto e Mariana.** 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufop.br/handle/123456789/3145>>. Acesso em: 07 de ago. 2017.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Para que serve o jornalismo? In: **Os elementos do jornalismo.** São Paulo: Geração Editorial, 2004. 2ed, p.27-54.

LEWKOWICZ, Ida. Igualdade e desigualdade na sociedade mineira. In.: LEWKOWICZ, Ida. **Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).** 1992. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992, p. 17-142.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. Editora Brasiliense, 1988. 404 p.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 71 p.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Mariana na Aurora do século XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças. et al. (Org.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal**. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 135-151.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. A notícia como forma de controle social. **Revista Contracampo**, n. 14, p. 07-18, 2006.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 267 p.

MENDES, Jairo Faria. Os dois séculos da imprensa mineira. In: RESENDE, Guilherme Jorge de (org.). **Impasses e Perspectivas da Imprensa em Minas Gerais**. São João Del Rey: UFSJ, 2012, p. 25-36.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012, p. 187-201.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais 1828-1842**. 2006. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREL, Marco. Imprensa e escravidão no Brasil do século XIX. In.: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p.75 – 82.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 136 p.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 3.ed. rev. e ampl. Brasília: Editora UnB, 2012. 822 p.

NASCIMENTO, Abdias do. **Combate ao racismo: discursos e projetos**. Brasília: Coordenação de Publicações Câmara de Deputados, 1985. 4º Volume. 95 p.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 216 p.

PAIVA, Clotilde Andrade. Mariana: características da população em 1831. **Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 1, n. 4, p. 2159-2173. 1984. Águas de São Pedro, São Paulo. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/369/356>>. Acesso em: 30 de out. 2017.

_____. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias da imprensa**, volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 51 – 70.

_____. Notícia e o poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias da imprensa**, volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 71 – 82.

PEUCER, Tobias. **Os Relatos jornalísticos**. Artigo publicado na revista Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. I Nº 2 - 2º Semestre de 2004. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070>>. Acesso em 04 de nov. de 2017, p.13 – 29.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 20ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 95 p.

RAMOS, Sílvia. Introdução. In.: RAMOS, Silva (orgs.). **Mídia e racismo**. Pallas Editora, 2002, p. 6-13.

REIS, Elisa P. **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 n.42, São Paulo, fevereiro 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>>. Acesso em 08 de ago. 2017.

REIS, Liana Maria. **Crimes e escravos na capitania de todos os negros: (Minas Gerais, 1720-1800)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. 275 p.

ROAZZI, Antonio. O desenvolvimento individual, o contexto social e a prática de pesquisa. In.: **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 7, n. 2, 1987, p. 27-33.

SANTOS, Rafael de Moura. **Imprensa em Mariana – 1830-1989**. Mariana: s.n., 1994.

SANTOS, Waldemar de Moura. **Lendas Marianenses**. 1º volume. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967. 250 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. 352 p.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia**. Sage, 2002. 302 p.

SOARES, Rosana de Lima. Narrativas da notícia: jornalismo e estigmas sociais. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, V.III, n.1, 2004, p. 70-79. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/10580/pdf>>. Acesso em 31 de out. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4º Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Jorge Pedro. Uma breve referência à evolução da arte de noticiar. In: SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto, 2001, p.32-36.

SOUZA JÚNIOR Paulo G.. Visões da cidade: memória, poder e preservação em Mariana – MG. In: CAVIGNAC, Julie Antoinette (orgs.). Memória. **Revista Vivência**. n.28, jan./jun. Natal: UFRN, 2005, p. 179-198. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/28/PDF%20para%20INTERNET_28/revista%20VIV%20C3%8ANCIA_28.pdf#page=179>. Acesso em 08 de ago. 2017.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: PISARRA, E.J. (org.). **Comunicação e Sociedade – os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 94-104.

VIANA, Fabiana da Silva. **Estado nacional, debate público, instrução primária: Mariana/Minas Gerais, 1816-1848**. 2012. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.

VIANA, Fabiana da Silva. Discursos ilustrados e escritas de alunas da escola pública primária na cidade de Mariana, Minas Gerais. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação – SBHE**. João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/individual/857-874.pdf>> Acesso em 06 de dez. 2017. p. 857 – p. 874.

WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. In.: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2005.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história**: da antiguidade à modernidade. Salvador: Instituto Cultural Steve Biko, 2007. 250 p.

Periódicos

ESTRELLA MARIANNENSE. Ouro Preto: Typografia Patrícia do Universal, 1830-1832.

ESTRELLA MARIANNENSE. Mariana: Typografia Mariannense, 1832-1833.

APÊNDICE A

Tabelas sobre os percentuais representativos das edições analisadas

Tabela 1 – Percentual de edições analisadas por período

Ano	Quantidade de edições analisadas	Percentual
1830	3	15%
1831	12	60%
1832	5	25%

Fonte: elaboração nossa

Tabela 2 – Percentual dos conteúdos analisados

Tipo de conteúdo	Quantidade de edições analisadas	Percentual
Anúncios	10	50%
Notícias	7	35%
Cartas de leitores	3	15%
Ata de reunião de Câmara	1	5%
Edital da Câmara	1	5%

Fonte: elaboração nossa

Tabela 3 – Percentual dos temas debatidos nas edições analisadas

Temas das edições analisadas	Quantas vezes aparecem	Percentual
Fuga de escravos	10	50%
Segurança pública	9	45%
Escravidão	4	20%
Direitos sociais	1	5%
Serviços públicos	1	5%

Fonte: elaboração nossa

APÊNDICE B

Quadros analíticos das edições analisadas do *Estrella Mariannense*

QUADRO ANALÍTICO 1 ESTIGMAS SOCIAIS NO <i>ESTRELLA MARIANNENSE</i> 1830						
Data/ Edição (nº)	Tipo de conteúdo	Descrição e ênfase do conteúdo	Temas abordados	Anúncios	Representação de negros	Palavras que denotam preconceitos, racismo e estigmas
31/07/1830 Edição nº 13, p. 4 [52]	Carta de leitor Anúncio	Carta de um leitor que pede reforço na segurança pública, para combater o “negro azar” da cidade. O leitor afirma que muitos roubos estavam acontecendo e que até a igreja tinha retirado artigos de prata dos altares. A carta do leitor defende a punição dos criminosos.	Segurança pública Fuga de escravos	É veiculado um anúncio que divulga a fuga de um escravo negro que era do Moçambique .	O anúncio descreve as roupas que ele usava quando fugiu e suas características físicas. Além disso, oferece recompensa por ele.	“boa estatura, rosto redondo, três sinais pequenos em cada uma das faces, grosso, pernas algum tanto arcadas (...)”.
07/08/1830 Edição nº 14, p. 2 [54]	Ata de reunião da Câmara de vereadores	Ata da reunião de Câmara relata que um morador de Mariana tinha uma venda com casa de jogos, que seduzia escravos e comprava deles itens roubados. Resolveu-se que um fiscal fecharia a venda. O presidente da Câmara também pede que o Juiz de Paz prenda todos os “doidos e furiosos” que apareciam na cidade.	Segurança pública Escravidão	-	Os escravos são representados como ladrões que deveriam ser vigiados e punidos.	“essa peste” “doidos e furiosos”
06/11/1830 Edição 27, p. 3-4 [107, 108]	Carta de leitor	A carta de um leitor reclama de “grupos de indivíduos” e de escravos a jogar nas noites da cidade. O juiz de Paz suplente teria se oposto a vinda de uma ronda policial para Mariana e esta medida seria a única capaz de manter o sossego público. Ainda segundo a carta, os grupos de escravos a jogar também praticavam obscenidades e atos que perturbavam a moral pública.	Segurança pública Escravidão	-	Os grupos de negros seriam responsáveis pela desordem na cidade, segundo a carta.	“plebecula” criminosos

QUADRO ANALÍTICO 2
ESTIGMAS SOCIAIS NO *ESTRELLA MARIANNENSE*
1831

Data/Edição (nº)	Tipo de conteúdo	Descrição e ênfase do conteúdo	Temas abordados	Anúncios	Representação de negros	Palavras que denotam estigmas e racismo
22/01/1831 Edição 37, p. 2 [146]	Notícia	O redator expõe sua indignação com os jogos que continuavam acontecendo na cidade e também com os grupos de negros armados de porretes que estariam percorrendo a cidade em domingos e dias santos. O jornal critica a impunidade desses crimes.	Segurança pública	-	Os negros são representados como pessoas perigosas que geravam insegurança, mas ainda assim ficam impunes.	Grupos de negros armados de porretes
28/01/1831 Edição 38, p. 4 [152]	Carta de leitor Anúncio	Carta de um leitor afirma que os soldados eram tratados como escravos, mas que uma representação do Conselho Geral colocaria fim a essas barbaridades e elevaria os soldados à condição de cidadãos.	Província de Minas Direitos sociais Fuga de escravos	Anúncio informa que apareceu um “moleque novo”, que ainda nem sabia falar numa fazenda. Segundo o anúncio, pelos sinais, ele parecia ser de alguma lavra.	A carta representa os negros escravizados como pessoas que serviam para cozinhar, carregar água na cabeça e outros serviços domésticos, já que esses seriam serviços impróprios para um brasileiro.	“Captivos da África” Escravo
19/02/1831 Edição 41, p. 4 [164]	Anúncio	-	Fuga de escravos	Anúncio de fuga de dois “moleques novos”.	O anúncio descreve que foram achados no poder do Juiz de Paz dois escravos novos fugidos e que eles seriam remetidos a cadeia de Mariana.	Moleques novos
11/03/1831 Edição 43, p. 4 [172]	Anúncio	-	Fuga de escravos	Anúncio de dois escravos perdidos na cadeia de Barbacena. Um deles, estava lá há um ano e não sabia quem era seu dono.	O anúncio descreve a aparência física dos escravos e dos relatos que eles fizeram sobre seus senhores.	“tem o rosto comprido, os olhos um tanto avermelhados, bastante barba, nariz grosso, falta de alguns dentes (...)”.

Data/ Edição (nº)	Tipo de conteúdo	Descrição e ênfase do conteúdo	Temas abordados	Anúncios	Representação de negros	Palavras que denotam estigmas e racismo
30/04/1831 Edição 50, p. 4 [200]	Anúncio	-	Fuga de escravos	Anúncio de três escravos fugidos em Guarapiranga.	A aparência física dos escravos é descrita no anúncio, que também oferece recompensas a quem os encontrasse e levasse até o seu senhor.	“idade 24 anos, sem barba, estatura alta, olhos grandes nariz afilado (...)”.
25/06/1831 Edição 62 p. 1 [245]	Notícia	O redator questiona a desordem na entrega de cartas pelo Correio. Segundo ele, uma das malas de cartas havia desaparecido, o que gerava prejuízo ao público. Para o redator era incompatível que as malas de cartas fossem conduzidas por negros escravizados.	Serviços públicos	-	O redator afirma que era incompatível que essas malas fossem levadas pelos negros escravizados, pois suas faltas eram irremediáveis.	Faltas irremediáveis “Pretos captivos”
24/09/1831 Edição 69, p. 4 [276]	Anúncio	-	Fuga de escravo	Anúncio de fuga de um escravo pardo de outra localidade com oferta de recompensa.	Oferece um “grande prêmio” a quem pegasse o escravo e o levasse até a fazenda de seu senhor. O anúncio descreve o escravo pardo de forma similar aos anúncios de escravos negros.	“(…) levou uma coberta de lã grosseira, jaleco novo de baeta e pouca roupa (...)”.
18/09/1831 Edição 70, p. 3 [279]	Notícia	O redator critica a atuação da polícia e do Juiz de Paz na cidade. Segundo ele, os grupos de negros se encontravam em diferentes locais da cidade, fato que não acontecia quando havia outro juiz. Para o redator, juiz deveria tomar mais cuidado com os jogos de baralho que aconteciam na cidade.	Segurança pública	-	O artigo representa os negros como sujeitos perigosos que deveriam ser vigiados.	Grupos de negros
05/11/1831 Edição 74, p. 3 [294]	Notícia	O redator critica mais uma vez o Juiz de Paz e afirma que os grupos de negros – armados de facas e porretes – estariam jogando juntos na rua e ensaiando capoeira na Praça, nos domingos e dias santos.	Segurança pública	-	Os grupos de negros apareciam como algo arriscado, por si só e que deveriam ser vigiados para que não gerassem “efeitos tristes”.	Grupos de negros “armados de facas e

Data/ Edição (nº)	Tipo de conteúdo	Descrição e ênfase do conteúdo	Temas abordados	Anúncios	Representação de negros	Palavras que denotam estigmas e racismo
		Ele também critica o desleixo do Juiz e a impunidade dos crimes da cidade				porretes”
06/12/1831 Edição 80 p. 4 [318]	Notícia	O redator registra que o Juiz de Paz teria mandado fazer rondas aos domingos e dias santos. Ele afirma que o número de oficiais era grande e que viu a ronda desarmar os pretos de porretes e facas. Segundo ele, uma banca de jogo se dispersou ao ver a ronda, mas voltou a se reunir pouco depois.	Segurança pública	-	Os negros são representados como pessoas perigosas e armadas. O redator parabeniza a atuação do juiz e dá sugestões para a melhoria desse trabalho.	“desarmado os pretos” “porretes e facas”
17/12/1831 Edição 81, p. 4 [322]	Anúncio	-	Fuga de escravos	Anúncio de um escravo “moleque” encontrado e que estava na Cadeia de Mariana. Segundo o anúncio, o escravo era de nação Caçange (grupo étnico da Angola) e havia sido preso em um distrito. O escravo disse que estava indo para o Serro com o seu senhor.	O anúncio descreve as características físicas do escravo e as informações de sua origem e propriedade.	“estrutura pouco mais que ordinária, pouca barba, olhos grossos e espantados (...) 20 anos”.
Data ilegível Edição 82 p. 1-2 [323-324]	Notícia	O redator critica as leis e a impunidade em Mariana. Segundo ele, um “pacífico” pai de família tinha sido assassinado pelos negros escravos de um reverendo, mas ao invés de serem entregues “ao rigor da lei”, eles teriam sido imediatamente vendidos. Ele também relata outros crimes que ficaram impunes na cidade.	Segurança pública	-	A notícia representa os negros como criminosos que deveriam ser punidos por seus crimes.	Pretos. Mãos de assassinos. Algozes da humanidade. Criminosos.

QUADRO ANALÍTICO 3
ESTIGMAS SOCIAIS NO *ESTRELLA MARIANNENSE*
1832

Data/ Edição (nº)	Tipo de conteúdo	Descrição e ênfase do conteúdo	Temas abordados	Anúncios	Representação de negros	Palavras que denotam estigmas e racismo
17/01/1832 Edição 85, p. 3 [337]	Notícia	Traz um relato sobre um grupo de escravos armados que assistiu a uma missa em Santa Rita do Turvo. Esse grupo teria feito ameaças de matar os brancos, roubar e abusar de suas famílias, além de tentarem aliciar outros negros para se unirem a eles.	Segurança pública Escravidão	-	Representa os negros como sujeitos perigosos, por estarem unidos e armados. Segundo o jornal, eles também eram uma ameaça pelo fato de buscarem a liberdade e por tentarem “seduzir” outros escravos, para que eles pudessem matassem os brancos.	Armados de espingardas, foices e varapaus. Sediciosos. Criminosos.
03/03/1832 Edição 92, p. 4 [366]	Anúncio	-	Fuga de escravos	Anúncio de fuga de um escravo que pertencia a um Tenente.	O anunciante pede aos juízes de paz para recomendarem que seus capitães do mato procurassem em seus distritos esse escravo. Caso o encontrassem, eles poderiam levar o escravo até ele, que o anunciante pagaria as despesas.	Crioulo. Rosto meio comprido. Olhos grossos. Gagueja.
28/04/1832 Edição 98, p. 4 [387]	Anúncio	-	Fuga de escravos	Anúncio de que estavam na cadeia da cidade dois escravos chamados Paulo e Vicente, ambos de nação Congo.	Segundo o anúncio, eles diziam serem escravos de um morador da Villa do Príncipe. O anúncio é feito antes de outros anúncios comerciais, como um que vendia uma casa.	Não há descrição física dos escravos.
27/05/1832 Edição 100, p. 4 [403]	Anúncio	-	Fuga de escravos	Anúncio de fuga de um escravo chamado Fernando que pertencia a um tenente de Sabará.	O anúncio descreve a aparência física do escravo e oferece recompensas a quem o encontrasse e levasse até o Capitão José desta cidade.	Pardo. Sinais no rosto. Dedo mínimo da mão direita machucado por causa de seu trabalho como carpinteiro.
18/06/1832 Edição 107, p. 3-4 [431-432]	Edital	Edital da Câmara de Mariana que trata de artigos aditivos ao Código de Posturas de Mariana. Esse edital traz uma série de regras relacionadas aos escravos da cidade.	Escravidão	-	Representa os negros como propriedades de seus senhores e como sujeitos sem direitos a ir e vir naquele local.	Pretos forros, africanos ou naturais.